
CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PORTUGAL

Análise de dados secundários
2015-2019

Belém Barbosa
Ana Melo
Carlos Rodrigues
Cláudia Amaral Santos
Fernando Costa
Gonçalo Paiva Dias
Sandra Filipe
Ana Traqueia
Sara Nogueira

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

O EDULOG é uma iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo que tem como objetivo contribuir para a construção de um sistema de educação de referência em Portugal. Na persecução da sua missão e da sua visão, apoia estudos de investigação na área da Educação e dinamiza encontros e conferências cientificamente fundamentados.

FICHA TÉCNICA

© EDULOG - Fundação Belmiro de Azevedo
www.edulog.pt

Título: Caracterização do Ensino e Formação Profissional em Portugal - Análise de dados secundários, 2015-2019

Autores

Belém Barbosa

Ana Melo

Carlos Rodrigues

Cláudia Amaral Santos

Fernando Costa

Gonçalo Paiva Dias

Sandra Filipe

Ana Traqueia

Sara Nogueira

Novembro de 2019

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *+PRO: Medir, articular e valorizar o Ensino Profissional em Portugal*, da Universidade de Aveiro. As opiniões expressas nesta publicação refletem o posicionamento dos seus autores e não vinculam necessariamente o EDULOG.



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	11
Introdução	15
1. Ensino e Formação Profissional	17
1.1. Conceito	17
1.2. Evolução do ensino e formação profissional em Portugal	18
2. Definição da Oferta Formativa no Ensino Secundário, Pós-Secundário e Superior	23
2.1. Sistema de ensino em Portugal	23
2.2. Ensino Secundário	25
2.3. Ensino Pós-Secundário	34
2.4. Ensino Superior	35
2.4.1. Síntese de percursos formativos	38
3. Caracterização dos Estudantes do Ensino e Formação Profissional	41
3.1. Distribuição demográfica dos estudantes por oferta formativa e natureza dos estabelecimentos de ensino	42
3.2. Distribuição socioeconómica dos estudantes no percurso de ensino	45
3.3. Distribuição dos estudantes por região	49
3.4. Taxa de Conclusão dos cursos profissionais	51
3.5. Conclusão por área em cada região	56
4. Caracterização da Oferta Formativa	59
4.1. Oferta formativa e frequência	59
4.2. Ensino e formação profissional pós-secundário	62
4.3. Empregabilidade dos estudantes de ensino e formação profissional	70
Conclusão	81
Referências Bibliográficas	87
Anexo I	
Cursos Profissionais por código e designação AEF e NUTS II/III	89

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Estudantes que concluíram cursos profissionais, por área de educação e formação, por NUTS II em 2015/2016.	57
Tabela 2 Jovens, por formação frequentada e razões para a escolha do curso ou formação, 2017.	68
Tabela 3 Jovens dos Cursos Profissionais que acabaram o secundário, por área de educação e formação e por atividade atual, 2017.	75
Tabela 4 Lista da designação dos códigos AEF dos cursos profissionais, por NUTS II, oferta formativa de 2018-2021.	78
Tabela 5 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Norte Parte I, Adaptado de ANQEP, 2018.	92
Tabela 6 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Norte Parte II, Adaptado de ANQEP, 2018.	94
Tabela 7 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Centro Parte I, Adaptado de ANQEP, 2018.	96
Tabela 8 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Centro Parte II, Adaptado de ANQEP, 2018.	98
Tabela 9 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Lisboa, Adaptado de ANQEP, 2018.	100
Tabela 10 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Alentejo, Adaptado de ANQEP, 2018.	102
Tabela 11 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Algarve, Adaptado de ANQEP, 2018.	104

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Tipos de benefícios do ensino profissional. Adaptado de CEDEFOP, 2011	17
Figura 2 Percursos formativos e mercado de trabalho.	38
Figura 3 Percentagem de estudantes do Ensino e Formação Profissional na União Europeia no ano de 2015.	41
Figura 4 Percentagem de alunos matriculados por sexo e por idades nos Cursos de Ensino e Formação Profissional e Cursos Científico-Humanísticos em 2015/2016.	43
Figura 5 Percentagem de estudantes matriculados por natureza do estabelecimento de ensino.	44
Figura 6 Percentagem de estudantes, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e desvio etário no trajeto escolar.	45
Figura 7 Percentagem de Estudantes por tipo de certificação e nível de escolaridade dominante da família, 2015.	46
Figura 8 Percentagem de estudantes, por tipo de certificação e grande grupo profissional dominante na família, no ano de 2015.	47
Figura 9 Estudantes, por tipo de certificação, sexo e condições perante o trabalho na família.	47
Figura 10 Percentagem de estudantes, por tipo de certificação e tipo de núcleo familiar no ano letivo de 2015/2016.	48
Figura 11 Percentagem de estudantes por nível de ensino e por NUTS II, no ano letivo de 2016/2017.	49
Figura 12 Número de estudantes por oferta de educação e formação, por sub-região.	50
Figura 13 Estudantes, por tipo de certificação e grau de assiduidade durante o ensino, 2015.	51
Figura 14 Estudantes, por tipo de certificação e principais razões para interromper ou desistir de estudar durante o ensino secundário, 2015.	52
Figura 15 Taxa de retenção e desistência (%) nos cursos tecnológicos e profissionais, no 12º ano, por NUTS II.	53
Figura 16 Média Nacional da Taxa de conclusão dos estudantes, por oferta de educação e formação de nível secundário.	54
Figura 17 Taxa de Conclusão dos estudantes, por NUTS II, por oferta de educação e formação a nível secundário no ano terminal, 2015/2016.	55

Figura 18 Taxa de conclusão, por natureza do estabelecimento de ensino, oferta de educação e formação ao nível do secundário no ano de 2015/2016.	56
Figura 19 Percentagem de estudantes matriculados por oferta de educação em Portugal (2000/2001 a 2016/2017).	59
Figura 20 Evolução dos estudantes matriculados, por oferta formativa do Ensino e Formação Profissional de 2000/01 a 2016/17.	60
Figura 21 Estudantes, por oferta de educação e formação frequentada e perceções sobre as dimensões do curso, 2015.	61
Figura 22 Evolução no número de estudantes matriculados/inscritos no ensino pós-secundário não superior (2011/2012 a 2016/2017).	62
Figura 23 Estudantes, por tipo de certificação, estabelecimentos de ensino e expectativas de percurso escolar, 2015.	63
Figura 24 Estudantes dos Cursos Científico-Humanísticos que não tencionam prosseguir estudos no pós-secundário, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e razões para não continuar a estudar.	64
Figura 25 Estudantes dos Cursos Profissionalmente Qualificantes não tencionam prosseguir estudos no pós-secundário, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e razões para não continuar a estudar.	65
Figura 26 Estudantes que pretendem prosseguir estudos no pós-secundário, por oferta de educação e formação frequentada e formação esperada no pós-secundário, 2015.	66
Figura 27 Estudantes que pretendem prosseguir estudos no pós-secundário, por tipo de certificação e área de estudo ou formação pós-secundária, 2015.	67
Figura 28 Evolução dos estudantes matriculados/inscritos no ensino superior, por nível de ensino.	69
Figura 29 Taxa de empregabilidade dos graduados do Ensino e Formação Profissional na faixa etária dos 20-34, 2016.	70
Figura 30 Jovens, por tipo de certificação, nível de escolaridade dominante na família e atividade atual, 2017.	71
Figura 31 Jovens, por tipo de certificação, sexo e momento de inserção profissional nos últimos 14 meses, 2017.	72
Figura 32 Percentagem de Jovens, por formação frequentada e momento de inserção profissional nos últimos 14 meses, em 2017.	73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Sistema de Ensino em Portugal.	23
Quadro 2 Ensino e Formação Profissional em Portugal.	24
Quadro 3 Cursos Científico-Humanísticos.	25
Quadro 4 Cursos Profissionais.	26
Quadro 5 Cursos do Ensino Artístico Especializado.	26
Quadro 6 Cursos com Planos Próprios (designados por Cursos Científico-Tecnológicos).	27
Quadro 7 Cursos de Educação e Formação.	28
Quadro 8 Cursos de Aprendizagem.	28
Quadro 9 Cursos de Educação e Formação de Adultos.	29
Quadro 10 Ensino Secundário Recorrente.	30
Quadro 11 Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.	31
Quadro 12 Formações Modulares Certificadas.	32
Quadro 13 Quadro-Síntese da Oferta Formativa do Ensino Secundário.	33
Quadro 14 Cursos de Especialização Tecnológica.	34
Quadro 15 Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP).	35
Quadro 16 Licenciatura.	36
Quadro 17 Mestrado.	37
Quadro 18 Doutoramento.	37

LISTA DE ABREVIATURAS

ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação do Ensino Profissional
CCH	Cursos Científico-Humanísticos
CE	Certificação Escolar
CEDEFOP	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional
CET	Curso de Especialização Tecnológica
CP	Cursos Profissionais
CPQ	Cursos Profissionalmente Qualificantes
CTESP	Cursos Técnico Superior Profissional
CVTS	Continuing Vocational Training Survey (Formação Profissional Contínua)
DC	Dupla Certificação
DET	Diploma de Especialização Tecnológica
DGE	Direção Geral da Educação
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direção-Geral de Ensino Superior
DGESTE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
D.L.	Decreto-Lei
DTSP	Diploma de Técnico Superior Profissional
EFA	Educação e Formação de Adultos
EFP	Ensino e Formação Profissional
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
ISCED	International Standard Classification of Education
IVET	Initial Vocational Education and Training
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OTES	Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário
QEQ	Quadro Europeu de Qualificações
RA	Região Autónoma
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
UOE	UNESCO OECD Eurostat

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório foi elaborado no âmbito do Projeto *+PRO: Medir, Articular e Valorizar o Ensino Profissional em Portugal*, para o EDULOG – Fundação Belmiro de Azevedo, tendo dois objetivos principais: (i) caracterizar o ensino e formação profissional (EFP) em Portugal e (ii) identificar possíveis lacunas na informação estatística disponibilizada por organismos nacionais e internacionais. Após a exploração de conceitos enunciados em trabalhos de natureza científica sobre esta temática, foi sistematizada informação estatística dispersa (e.g., DGEEC, DGES, DGERT, ANQEP, CEDEFOP, OCDE).

Os dados secundários revelam o crescimento desta tipologia de ensino em Portugal, aproximando-se da média Europeia, sendo notória a tendência, em algumas áreas de formação, de escolha de uma opção formativa mais prática, orientada para o “saber-fazer”. Observa-se, contudo, que o contexto sociocultural e económico familiar é um fator que pode influenciar a escolha de um curso a nível secundário (científico-humanístico, orientado para o prosseguimento de estudos a nível superior, ou alternativamente de um curso profissionalmente qualificante, que promove a inserção no mercado de trabalho). Por outro lado, verifica-se a concentração da oferta formativa do ensino e formação profissional nas regiões de maior densidade populacional, refletindo-se no peso que esta tipologia de ensino tem nas diferentes regiões do país.

A diversidade de terminologias associadas à temática e a dispersão de informação, muitas vezes contraditória e desatualizada, apresentam-se como constrangimentos a uma análise exaustiva dos dados secundários relativos ao ensino profissional em Portugal, com vista à articulação e valorização desta tipologia de ensino. Verifica-se ainda que variáveis comumente aceites como explicativas da popularidade e do sucesso do ensino profissional, nomeadamente a empregabilidade e inserção de profissionais qualificados e certificados no mercado de trabalho, não são abrangidas pelas estatísticas oficiais disponíveis.

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa caracterizar o ensino e formação profissional (EFP) em Portugal, com base em dados secundários mais recentes que estão disponíveis, ou seja, relativos ao período compreendido entre 2015 a 2019. Foram definidos como objetivos específicos deste trabalho:

- Sistematizar dados estatísticos nacionais e internacionais dispersos sobre o ensino profissional em Portugal;
- Caracterizar a oferta formativa profissional;
- Identificar lacunas na informação sobre o ensino profissional.

A metodologia adotada é descritiva, compreendendo quer a análise de dados quantitativos disponibilizados por várias entidades acreditadas, quer a consideração de outros estudos, nomeadamente científicos, cujos contributos apresentem pistas sobre a situação e características do ensino profissional em Portugal.

Por forma a concretizar os objetivos enunciados, para além da presente introdução, o relatório está estruturado em 3 pontos principais:

1. Ensino e Formação Profissional (conceito e evolução do ensino profissional em Portugal);
2. Caracterização dos Estudantes do Ensino e Formação Profissional;
3. Caracterização da Oferta Formativa em Portugal.

No final, serão apresentadas as principais reflexões.

I. ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

I.1. Conceito

Na Classificação Internacional Tipo da Educação (ISCED), a UNESCO (1997, p. 26) define o ensino profissional ou técnico como “ensino concebido principalmente para permitir aos participantes a aquisição de competências práticas, saber-fazer e compreensão necessária para trabalhar numa determinada profissão ou ofício ou grupo de profissões ou ofícios”. Estes tipos de programas educacionais configuram aquilo que, no âmbito do presente relatório, se assume como ensino e formação profissional.

Apesar do consenso alargado sobre a sua natureza, alcance e objetivos, os programas de ensino e formação profissional podem ser designados por uma variedade de termos alternativos, como sejam ensino vocacional, ensino e formação vocacional, ensino técnico ou educação ao longo da vida (Afonso & Ferreira, 2007). Sob esta diversidade terminológica, esconde-se o consenso sobre a relevância social e económica desta tipologia de ensino, dado que em qualquer uma destas está presente o objetivo primordial de promover o acesso a uma melhoria na qualidade de vida decorrente de uma qualificação profissional mais elevada. A UNESCO (2016), por exemplo, salienta o seu contributo como trajetória educativa que promove a equidade, a justiça social, a aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento sustentável.

O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) avança com um conjunto de benefícios que se materializam aos níveis macro, meso e micro das dimensões económica e social (CEDEFOP, 2011), conforme explicitado na Figura 1:

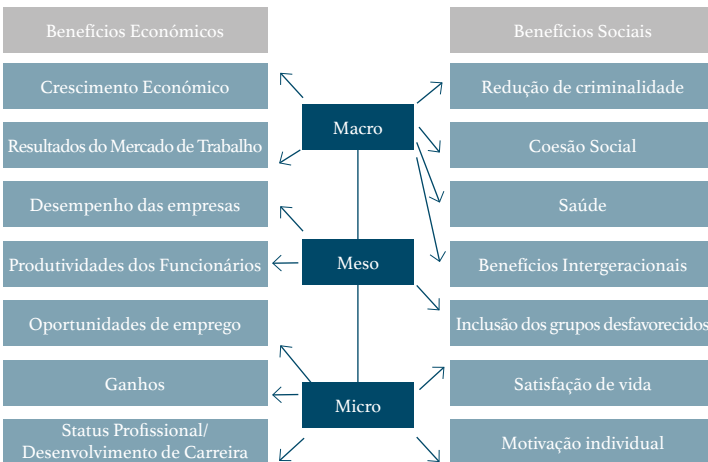


Figura 1
Tipos de benefícios do ensino profissional.
Adaptado de CEDEFOP, 2011

O crescimento económico e a maior capacidade de corresponder às necessidades do mercado de trabalho, bem como a abertura de possibilidades de acesso a salários mais altos e de oportunidades de progresso nas carreiras profissionais, tal como o aumento da produtividade e de competitividade das empresas, representam aspetos a ter em consideração. Assim, os benefícios económicos do ensino profissional apontados pela CEDEFOP (2011) são de índole variada. Do ponto de vista social, esses benefícios, de acordo com a mesma fonte, estendem-se da promoção da coesão social, de um ambiente saudável e de melhores ligações intergeracionais a uma maior satisfação e motivação pessoal, passando pelo contributo para uma maior inclusão.

Como seria expectável, as políticas públicas têm vindo a refletir de forma crescente a relevância do ensino profissional, como bem o demonstra o caso dos estados membros da União Europeia e da própria Comissão Europeia (European Union, 2016). Portugal, não sendo exceção neste contexto, regista já uma longa experiência na promoção deste tipo de ensino. Como referiram Cerqueira e Oliveira Martins (2007, p. 123), “*ao longo das últimas cinco décadas, temos assistido a uma presença, cada vez mais consistente, do ensino profissionalmente qualificante no sistema educativo português*”. Ora, essa tendência tem-se mantido, já que de acordo com a OCDE (2018), Portugal está atualmente a apostar fortemente no ensino profissional como alternativa ao percurso educativo mais tradicional. De facto, a meta proposta aponta para uma divisão equitativa dos alunos do ensino secundário pelos dois percursos.

1.2. Evolução do ensino e formação profissional em Portugal

O atual sistema de ensino profissional português é o resultado de uma evolução de políticas e práticas que remonta ao século XIX e ao papel de António Augusto de Aguiar, ministro do governo liderado por Fontes Pereira de Melo, na criação do ensino técnico-profissional na década de 1850. Cerqueira e Oliveira Martins (2011) referem o reforço deste tipo de ensino registado durante o Estado Novo, designadamente na sequência da reforma do ensino técnico-profissional, industrial e comercial de 1948. As autoras citam Grácio (1986) para situar os objetivos desta reforma, por um lado, na adequação da escola às necessidades do desenvolvimento económico, “*promovendo a qualificação da mão-de-obra*”, e, por outro, no enquadramento e controlo, “*dentro de limites aceitáveis para o regime político de então*”, da procura de ensino e das expectativas de ascensão social. Teodoro (2001, p. 28) reforça o argumento económico, considerando que, em Portugal, as décadas de 50 e 60 trouxeram às políticas públicas uma preocupação dominante, “*a de assegurar uma contribuição marcante para o desenvolvimento económico*”.

Já depois da Revolução de Abril, e designadamente durante a década de 80, as sucessivas reformas do sistema educativo português contribuíram para consolidar o percurso do ensino profissional no País. A criação das Escolas Profissionais, em 1989, emerge como evidência deste reforço. Tal como enunciado pelo Decreto-Lei (D.L.) 26/89, de 21 de janeiro, as escolas profissionais são criadas, tendo em consideração os pressupostos da modernização da educação em Portugal:

“(…) no contexto da integração europeia e do desafio do desenvolvimento económico e social que urge promover, a elevação da qualificação dos recursos humanos do País constitui um imperativo e investimento inadiável.”

No referido documento legislativo, são enunciados os princípios norteadores da finalidade das escolas profissionais, nomeadamente no que diz respeito ao objetivo de proporcionar aos jovens a preparação para a vida ativa, através de modalidades alternativas ao sistema formal de ensino, numa perspetiva de aproximação entre a escola e o mercado de trabalho, possibilitando a sua inserção no mesmo ou prosseguimento de estudos.

Iniciativa conjunta do Ministérios da Educação e do Emprego e Segurança Social, esta “*inovação educacional*”, nas palavras de Azevedo (2010, p. 25), foi assumida, como se pode ler no decreto-lei fundador (D.L. 26/89, de 21 de Janeiro), como um dos “*vetores de modernização da educação portuguesa*” (p. 246) e como resposta aos desafios da integração europeia, designadamente o “*desafio do desenvolvimento económico e social*” e a necessidade urgente de promover “*a elevação da qualificação dos recursos humanos do País [que] constitui um imperativo e um investimento inadiável*”. Azevedo (2010) salienta que a criação das Escolas Profissionais significou o fim do monopólio do Estado na oferta pública daquele tipo de ensino e a entrada de agentes privados no fornecimento de um serviço público. Azevedo (2010, p. 25) aponta ainda que

“(…) muitas instituições e inúmeras competências de empreendimento e de cooperação ainda “dormentes” foram despertadas na sociedade portuguesa, em liberdade, constituindo âncoras locais para o fomento do ensino profissional e do desenvolvimento sociocomunitário” e “a nova oportunidade educativa que foi amplamente procurada ao longo de muitos anos por uma população jovem que se encontrava motivada para a realização de um percurso de formação inicial mais curto (podendo incluir ou não o acesso ao ensino superior), mais prático e articulado com os seus contextos de vida e capaz de promover a sua participação cidadã e a sua integração social e profissional.”

A crescente participação do setor privado na oferta de vias profissionalizantes não significou uma redução da intervenção do setor público, sendo evidente a forte dinâmica inovadora e de fomento imposta pelos sucessivos governos. Na década de 90, por exemplo, sob a alçada do Ministério da Indústria e Energia, foram criadas Escolas Tecnológicas, visando, nomeadamente, a formação dos quadros intermédios de que as empresas industriais eram carentes. Estas Escolas são frequentemente consideradas como predecessoras dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET) que seriam enquadrados legalmente em 2006 (D.L. 88/2006). O preâmbulo do decreto enquadrador explicita que o aumento das aptidões e qualificações

“(…) dignifica o ensino, potencia a criação de novas oportunidades e promove quer o crescimento das pessoas quer, por via disso, o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradora de maior competitividade com coesão social.”

Esse decreto lei assume também como objetivo o combate ao elevado abandono escolar precoce (na altura, apenas cerca de metade dos jovens com idades entre os 20 e os 24 anos tinham concluído com sucesso o ensino secundário), por um lado, e, por outro, a promoção da recuperação escolar e requalificação profissional de adultos. *“No desenvolvimento deste propósito, há que conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada”*, pode ler-se no preâmbulo do documento (p. 3474).

Importa salientar a relevância do D.L. 88/2006 para a análise das mudanças significativas que ocorreram no sistema educativo nos primeiros anos do presente século e que, como Cerqueira e Oliveira Martins (2011, p. 13) referem, espelham o *“significativo esforço no sentido de recuperar o atraso que distancia Portugal dos padrões médios de desenvolvimento da União Europeia, particularmente no que respeita aos níveis de educação”*. Nesta peça legislativa torna-se clara a atribuição de um papel de relevo ao ensino profissional que apontava o 12º ano de escolaridade como *“o referencial mínimo de formação para todos os jovens”* (D.L. 88/2006, p. 3474).

Registe-se, como parte integrante da dinâmica de política pública do início do século XXI, a significativa extensão da base concetual da educação de adultos inscrita na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986. Esta extensão estabeleceu um quadro de referência alargado que consolidou conceitos como o de formação ao longo da vida no sistema de ensino e de qualificação em Portugal. O lançamento, em 2002, do programa Novas Oportunidades e os seus sucessores, designadamente o Programa de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e, mais recentemente, o Programa Qualifica, são exemplos ilustrativos. Na Portaria que regula a criação dos Centros Qualifica (Portaria 232/2016 de 29 de agosto), pode ler-se que o programa se constitui como

“[uma] estratégia integrada de formação e qualificação de adultos” que assenta “na tripla integração de: (i) meios disponibilizados pelos diversos atores, com coordenação entre as áreas ministeriais da educação, do trabalho e do ensino superior, quer na formulação de instrumentos, quer na sua operacionalização no terreno; (ii) respostas e instrumentos diversos, que combinem a educação de adultos e a formação profissional qualificante com o reconhecimento, validação e certificação de competências; e (iii) respostas, na ótica do formando, favorecendo a coerência e a unidade da rede e do portefólio dos percursos formativos, que devem ser personalizados.” (p. 3006)

A via profissionalizante foi estendida aos primeiros anos do ensino secundário na sequência da criação, em 2013, dos chamados cursos vocacionais no ensino básico. Estes cursos combinavam a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, como sejam o Português, a Matemática e o Inglês, com aprendizagens resultantes de contatos com diferentes atividades vocacionais (em empresas e outras organizações localizadas na área de influência das escolas). Este percurso educativo destinava-se a alunos com mais de 13 anos que registavam, segundo informação disponibilizada no website da DGEstE, *“constrangimentos com os estudos do ensino geral”* (DGEstE). A escassez de apoio político a este tipo de cursos vocacionais, muito relacionada, segundo a OECD (2018), com preocupações de equidade e

justiça social, levou à sua descontinuação em 2016. Um ano antes, foi criado o Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações. Na sua primeira circular de 2015 (ANQEP, 2015), a Agência para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) justificava a criação deste sistema explicitando a necessidade de ajustar a *“oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho”*, um objetivo considerado *“estratégico para o desenvolvimento económico e social do país”*.

No que diz respeito ao ensino pós-secundário, os supramencionados Cursos de Especialização Tecnológica (CET) são cursos não-superiores que, na sequência da publicação do D.L. 88/2006, começaram a ser oferecidos por uma grande diversidade de instituições, do ensino secundário aos centros de emprego e de formação profissional, passando pelo ensino superior. Contudo, o D.L. n.º 43/2014, de 18 de março, enuncia a criação dos cursos TeSP, conforme se explicita posteriormente, bem como a alteração das entidades nas quais eram ministrados os CET. Em 2016, esta tipologia de ensino deixa definitivamente de integrar a oferta dos estabelecimentos de ensino superior, passando a ser ministrada apenas em instituições de caráter não superior, como estabelecimentos de ensino público e de ensino particular e cooperativo, Centros de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Escolas Tecnológicas ou outras entidades formadoras acreditadas.”

Ao nível do ensino Superior, é ainda de destacar o caso dos cursos técnico superiores profissionais (CTeSP), cujo regime jurídico está previsto pelo D.L. n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo D.L. n.º 63/2016, de 13 de setembro e pelo D.L. n.º 65/2018, de 16 de agosto. Os CTeSP são criados por instituições de ensino superior, especificamente instituições do ensino politécnico, tendo em consideração as necessidades de formação profissional na região em que se encontram inseridas, não conferindo grau académico, mas diploma de técnico superior profissional. Conforme o previsto na referida legislação, *“os titulares de diploma de técnico superior profissional podem aceder e ingressar nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado através de um concurso especial próprio a si destinado, adquirindo o respetivo grau académico”*. Assim, esta tipologia de formação comprova o objetivo de promover, por um lado, a continuidade nos processos formativos de caráter profissionalizante e, por outro, a articulação entre os vários níveis de ensino e o mercado de trabalho.

Em suma, poderemos afirmar que Portugal apresenta uma longa história de aposta no ensino voltado para a aquisição de competências práticas, para o saber-fazer e o desempenho de uma profissão. A inserção de profissionais competentes no mercado de trabalho revela-se, pois, um fator de promoção do desenvolvimento económico do país, pelo que esta tipologia de ensino é, de facto, cada vez mais valorizada pelo mundo empresarial. Por outro lado, a obtenção de qualificações escolares e profissionais mais elevadas são também fatores reveladores de benefícios sociais associados. A introdução dos princípios norteadores do ensino profissional, na década de 1850, através do ensino técnico-profissional e da criação das Escolas Profissionais, em 1989, resultaram no desenvolvimento atual do conceito e na diversificação da oferta formativa, nomeadamente na sua expansão aos níveis pós-secundário e superior.

No entanto, para a obtenção futura de resultados cada vez mais interessantes, dos pontos de vista económico e social, mas também educativo e até político, é necessário o constante estudo desta realidade. Como tal, no âmbito do presente relatório, procederemos seguidamente a uma primeira caracterização dos estudantes do ensino e formação profissional, bem como da oferta formativa relacionada, partindo da análise de dados quantitativos disponibilizados por várias entidades creditadas, que nos permitirão elencar algumas conclusões que servirão de base de trabalho para o desenvolvimento deste projeto.

2. DEFINIÇÃO DA OFERTA FORMATIVA NO ENSINO SECUNDÁRIO, PÓS-SECUNDÁRIO E SUPERIOR

No seguimento da execução dos objetivos enunciados para o presente relatório, este capítulo descreve as tipologias de oferta formativa no **Ensino Secundário**, **Ensino Pós-secundário** e **Ensino Superior**, designadamente no que diz respeito à educação e formação profissional. O principal objetivo passa por descrever e comparar cada tipologia de formação, enquadrando-a legalmente e fazendo referência à sua certificação, ao nível de educação e ao nível do Quadro Nacional de Qualificações, entre outros aspetos.

2.1. Sistema de ensino em Portugal

De forma a sistematizar a oferta formativa em Portugal, passa-se a apresentar, em primeiro lugar, uma breve abordagem à organização do sistema de ensino. Através do Quadro 1, apresenta-se a tipologia de cursos e percursos formativos, por nível de ensino e respetiva certificação, tendo em consideração o Quadro Nacional de Qualificações.

Nível de Educação	Ciclo	Ano	Oferta Formativa (Certificação)	Nível QNQ
Superior	3º	-	Doutoramento	8
	2º	-	Mestrado	7
	1º	-	Licenciatura	6
Superior (não conferente de grau)			CTeSP (Diploma de Técnico Superior Profissional)	5
Pós-Secundário		-	CET (Diploma de Especialização Tecnológica)	5
Secundário	12º		Cursos Científico-Humanísticos (CE)	3/4
	11º		Ensino Artístico Especializado (CE/DC)	
	10º		Cursos com Planos Próprios (DC)	
			Cursos Profissionais (DC)	
			Cursos de Educação e Formação (DC)	
			Cursos Vocacionais (DC)	
			Cursos de Aprendizagem (DC)	
			Cursos de Especialização (DC)	
			Cursos de Educação e Formação de Adultos (DC)	
			Formações Modulares Certificadas (DC)	
-		Processo RVCC (DC)		
		Ensino Secundário Recorrente (CE)		

Básico	3º	9º	Ensino Básico Geral (CE)	2
		8º	Ensino Artístico Especializado (CE)	
		7º	Cursos de Educação e Formação (DC)	
	2º	6º	PCA (CE)	1
		5º	PIEF (CE)	
			Cursos EFA (DC)	
			Formações Modulares Certificadas (DC)	
			Processo RVCC (DC)	
	1º	4º	Ensino Básico Geral (CE)	
		3º	Ensino Artístico Especializado (CE)	
-		Cursos EFA (DC)		
1º		Processo RVCC (DC)		
Pré-Escolar		Educação Pré-Escolar		

Quadro 1 Sistema de Ensino em Portugal. Fonte: Adaptado de Portal da Oferta Formativa.

No âmbito do presente relatório, considerou-se que a terminologia de ensino e formação profissional compreende a oferta formativa relativa ao ensino secundário, pós-secundário e superior, em Portugal, tal como sintetizado pelo Quadro 2:

Ensino e Formação Profissional em Portugal Oferta Formativa		
Ensino Secundário	Cursos inseridos no Ensino Secundário (de acordo com o D.L. nº 55/2018, de 6 de julho)	Cursos Profissionais Cursos Artísticos Especializados Cursos com Planos Próprios (designados por Cursos Científico-Tecnológicos)
	Outros percursos	Cursos de Aprendizagem Cursos Vocacionais Cursos de Educação e Formação Cursos de Especialização Cursos de Educação e Formação de Adultos Ensino Secundário Recorrente Processo RVCC Formações Modulares Certificadas
Ensino Pós-Secundário	Cursos de Especialização Tecnológica	
Ensino Superior	Cursos Técnicos Superiores Profissionais	

Quadro 2 Ensino e Formação Profissional em Portugal. Fonte: Adaptado de Portal da Oferta Formativa

2.2. Ensino Secundário

No que diz respeito ao **Ensino Secundário**, apresenta-se uma breve descrição dos **Cursos Científico-Humanísticos** (Quadro 3) por forma a facilitar a análise comparativa dos vários tipos de oferta e destacar as diferenças em relação às várias modalidades de ensino e formação profissional.

Cursos Científico- Humanísticos	
Enquadramento Legal	D.L. nº 139/2012 de 5 de julho, alterado pelo D.L. nº 91/2013, de 10 de julho, e pelo D.L. nº 176/2014, de 12 de dezembro e pela Portaria nº 243/2012 de 10 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação nº 51/2012, de 21 de setembro
Nível QNQ	Nível 3
Certificação	Diploma de conclusão do Ensino Secundário (12º ano)
Destinatários	Estudantes com o 9º ano de escolaridade concluído ou equivalente
Duração	3 anos letivos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade)
Descrição	São vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior (universitário ou politécnico), englobando quatro modalidades de cursos: Ciências e Tecnologias; Ciências Socioeconómicas; Línguas E Humanidades; Artes Visuais. Os planos de estudos são constituídos por duas componentes: a formação geral (disciplinas comuns a todos os cursos) e a formação específica (disciplinas relacionadas com a área do saber de cada curso)

Quadro 3 Cursos Científico-Humanísticos. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGEC

Tal como explicitado anteriormente neste relatório, o ensino profissional ou técnico é definido pela UNESCO como “*ensino concebido principalmente para permitir aos participantes a aquisição de competências práticas, saber-fazer e compreensão necessária para trabalhar numa determinada profissão ou ofício ou grupo de profissões ou ofícios*” (UNESCO, 1997, p. 26).

zAssim, quanto à oferta formativa direcionada para a inserção no mercado de trabalho, ou seja, os cursos com uma vertente profissionalizante que, no âmbito do presente estudo, optámos por nomear como de **Ensino e Formação Profissional**, verificamos uma grande diversidade de tipologias, conforme apresentado de seguida (Quadro 4, Quadro 5, Quadro 6, Quadro 7, Quadro 8, Quadro 9, Quadro 10, Quadro 11, Quadro 12).

Cursos Profissionais

Enquadramento Legal	Portaria nº 74- A/2013, de 15 de fevereiro; D.L. nº 55/2018, de 6 de julho
Nível QNQ	Nível 4
Certificação	Dupla Certificação
Destinatários	Estudantes com o 9º ano de escolaridade concluído ou equivalente
Duração	3 anos letivos
Descrição	Os Cursos Profissionais, da responsabilidade da ANQEP, são caracterizados por uma forte ligação com o mundo profissional. Visam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o tecido empresarial local, adequando-o ao perfil do aluno. Podem ser lecionados em escolas profissionais públicas ou privadas e em escolas secundárias da rede pública. O seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão, sem descartar a possibilidade do aluno aceder a formações pós-secundárias ou ao ensino superior (prosseguimento de estudos). Estes cursos estão distribuídos por 39 áreas de formação e o seu plano de formação é organizado por módulos, de acordo com referenciais de formação. Inclui três componentes de formação: Sociocultural, Científica e Técnica. Esta última componente inclui obrigatoriamente uma Formação em Contexto de Trabalho. A conclusão destes cursos implica a apresentação de um projeto final, a Prova de Aptidão Profissional (PAP), através do qual os estudantes demonstram competências adquiridas ao longo da formação, quer relacionadas com as componentes sociocultural e científica como com a sua componente técnica.

Quadro 4 – Cursos Profissionais. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Cursos do Ensino Artístico Especializado

Enquadramento Legal	D.L. nº 139/2012 de 5 de julho; Portaria nº 229-A/2018, de 14 de agosto; D.L. nº 55/2018, de 6 de julho
Nível QNQ	Música - Nível 3 Dança, Artes Visuais e Audiovisuais e da Dança - Nível 4
Certificação	Certificação Escolar ou Dupla Certificação
Destinatários	Estudantes com o 9º ano de escolaridade concluído ou equivalente
Duração	3 anos letivos
Descrição	Os Cursos Artísticos Especializados são regulamentados pela ANQEP e subdividem-se em 3 domínios: Música, Dança e Artes Visuais e Audiovisuais, sendo lecionados em estabelecimentos de Ensino Público, Ensino Particular e Cooperativo. Podem ser frequentados na modalidade de regime integrado, articulado ou supletivo. Os cursos do ensino artístico especializado ao nível do ensino secundário permitem o prosseguimento de estudos ao nível superior, mas na condição de serem cumpridos os requisitos relativos à avaliação sumativa externa (i.e. apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto, designado por Prova de Aptidão Artística, para além da necessidade de realização dos exames nacionais). Estes cursos estão orientados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos (área da Música) ou orientados na dupla perspetiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos (áreas das Artes Visuais, Audiovisuais e Dança).

Quadro 5 Cursos do Ensino Artístico Especializado. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Cursos com Planos Próprios (designados por Cursos Científico-Tecnológicos)

Enquadramento Legal	D.L. nº 47 587, de 10 de março de 1967; D.L. nº 553/80, de 21 de novembro; D.L. 139/2012, de 5 de julho; D.L. nº 55/2018, de 6 de julho
Nível QNQ	Nível 4
Certificação	Dupla Certificação
Destinatários	Estudantes com o 9º ano de escolaridade concluído ou equivalente
Duração	3 anos letivos
Descrição	<p>Os cursos com planos próprios, atualmente designados cursos científico-tecnológicos, referem-se à realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino definidos. Estes cursos eram inicialmente lecionados maioritariamente em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, mas com a última revisão curricular, têm a possibilidade do seu alargamento a escolas públicas. Apesar da sua componente de formação tecnológica, estes cursos são orientados para o prosseguimento de estudos. Sendo cursos que dão abertura à comunidade, à família, a autarquias e empresas, a nível local e regional, de participar ativamente na construção do sucesso dos estudantes, considera-se, assim, pertinente incluir este tipo de cursos nos cursos de educação e formação profissional. Assim como os cursos científico-humanísticos, os planos de estudos dos cursos científico-tecnológicos são constituídos por uma componente de formação científica e por uma componente de formação tecnológica, para além da componente de formação geral.</p> <p>A formação tecnológica é reforçada com a integração da componente de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e contempla, ainda, uma Prova de Aptidão Tecnológica (PAT). A componente de formação tecnológica enquadra este tipo de cursos no Ensino e Formação Profissional. No entanto, o facto da componente de formação geral e científica ser a mesma dos cursos científico-humanísticos tem como objetivo essencial garantir uma sólida formação de base e a possibilidade de realização de exames nacionais para acesso ao ensino superior na área de formação de cada curso.</p>

Quadro 6 Cursos com Planos Próprios (designados por Cursos Científico-Tecnológicos). Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Cursos Vocacionais

Enquadramento Legal	D.L. nº 139/2012, de 5 de julho; Portaria nº 276/2013, de 23 de agosto; Despacho nº 5945/2014, de 7 de maio
Nível QNQ	Nível 4
Certificação	Dupla Certificação
Destinatários	Estudantes a partir dos 16 anos de idade que, tendo obtido aproveitamento no ensino básico, frequentaram o ensino secundário e pretendam reorientar o seu percurso para uma oferta mais técnica, designadamente os que se encontrem em risco de abandono escolar.
Duração	2 anos letivos
Descrição	Os cursos vocacionais referem-se a um projeto-piloto posto em prática no ano letivo de 2012/2013, para o ensino básico, e no ano seguinte, no que diz respeito ao ensino secundário. No entanto, atualmente esta tipologia de formação não se encontra em vigor, tendo vindo a ser gradualmente extinta a partir de 2017 e substituída pelos Cursos de Educação e Formação. Tinha, contudo, o objetivo de assegurar uma oferta formativa que privilegiava a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, organizadas por uma estrutura modular, mas também um primeiro contacto com atividades vocacionais, em articulação com empresas e instituições locais. Com estes cursos pretendia-se assegurar a criação de uma oferta de ensino secundário coordenada com empresas que respondesse ao interesse dos jovens que, no final da escolaridade obrigatória, pretendessem ter uma saída profissional concreta. No Ensino Secundário, a estrutura curricular contemplava as Componentes Geral, Complementar, Vocacional e Estágio Formativo. Esta modalidade de ensino, sobretudo direcionada para a inserção no mercado de trabalho, permitia também o prosseguimento de estudos para o ensino superior, sendo para tal exigida a realização de exames nacionais.

Quadro 7 Cursos de Educação e Formação. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Cursos de Aprendizagem

Enquadramento Legal	Portaria nº 1497/2008, de 19 de dezembro; Regulamento específico 2018 Aprovado por deliberação do Conselho Diretivo do IEFP em 2018-05-15
Nível QNQ	Nível 4
Certificação	Dupla Certificação
Destinatários	Jovens com idade inferior a 25 anos, com 9º ano de escolaridade concluído e frequência do ensino secundário, sem conclusão deste.
Duração	A duração máxima do curso é de 3700 horas distribuídas ao longo de três anos, respetivamente 1200, 1225 e 1250 horas.
Descrição	<p>Permitem obter uma certificação escolar e profissional, privilegiando a inserção no mercado de trabalho, potenciada por uma forte componente de formação realizada em contexto de empresa, e o prosseguimento de estudos de nível superior. Esta tipologia de formação é ministrada em centros de formação profissional da rede do IEFP, outras entidades tuteladas pelo ministério responsável pela área da formação profissional e entidades formadoras públicas e privadas devidamente certificadas no âmbito do sistema de certificação de entidades formadoras, à exceção das escolas básicas, secundárias e profissionais.</p> <p>Os planos curriculares organizam-se em componentes de formação: sociocultural, científica, tecnológica e prática em contexto de trabalho, sendo as áreas de formação e saídas prioritárias definidas em função das necessidades do mercado de trabalho regional.</p>

Quadro 8 Cursos de Aprendizagem. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Cursos com Planos Próprios (designados por Cursos Científico-Tecnológicos)

Enquadramento Legal	Portaria nº 216-C/2012, de 18 de julho; Despacho nº 334/2012, de 11 de janeiro; Portaria nº 283/2011, de 24 de outubro; Segunda alteração à Portaria nº 230/2008, de 7 de março; D.L. nº 396/2007, de 31 de dezembro; Portaria nº 711/2010, de 17 de agosto; Primeira alteração à Portaria nº 230/2008, de 7 de março
Nível QNQ	Nível 3 ou 4, consoante a tipologia frequentada: - EFA Escolar (EFA S) - tipos A, B ou C – Certificação Escolar: Nível 3 do QNQ; - EFA Dupla Certificação (EFA S3) - tipos A, B ou C - Dupla Certificação (Escolar e Profissional): Nível 4 do QNQ; - EFA Profissional (EFA N2) - Certificação Profissional: Nível 2.
Certificação	Certificação Escolar, Dupla Certificação ou Certificação Profissional
Destinatários	Pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário. Os Cursos de Educação e Formação de Adultos de nível secundário, ministrados em regime diurno ou a tempo integral, só podem ser frequentados por adultos com idade igual ou superior a 23 anos.
Duração	Percurso formativo flexíveis, consoante a tipologia (A, B ou C), desde o mínimo de 315 horas a um máximo de 2 045 horas, consoante as necessidades dos formandos.
Descrição	Organizam-se numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, enquanto instrumento promotor da (re)inserção socioprofissional e de uma progressão na qualificação, em percursos flexíveis de formação quando definidos a partir de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) ou num modelo de formação modular estruturado a partir dos referenciais de formação que integram o CNQ, privilegiando a diferenciação de percursos formativos e a sua contextualização no meio social, económico e profissional dos formandos. São ministrados em estabelecimentos de ensino básico e secundário, centros de formação profissional e de reabilitação profissional de gestão direta ou protocolares do IIEFP e entidades de formação integradas noutros ministérios ou noutras pessoas coletivas de direito público, estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, escolas profissionais, centros especializados em qualificações de adultos, entidades com estruturas com estruturas formativas certificadas do setor privado.

Quadro 9 Cursos de Educação e Formação de Adultos. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Ensino Secundário Recorrente

Enquadramento Legal	Lei nº 85/2009, de 27 de agosto de 2009; D.L. nº 176/2012, de 2 de agosto de 2012; D.L. nº 139/2012, de 5 de julho; Portaria nº 242/2012, de 10 de agosto; D.L. nº 42/2012, de 22 de fevereiro
Nível QNQ	Nível 3 ou Nível 4 (no caso dos cursos tecnológicos e dos cursos artísticos especializados nos domínios das artes visuais e dos audiovisuais)
Certificação	Certificação Escolar / Dupla Certificação (no caso dos cursos tecnológicos e dos cursos artísticos especializados nos domínios das artes visuais e dos audiovisuais)
Destinatários	Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com o 9º ano de escolaridade concluído ou equivalente
Duração	Variável, de acordo com a modalidade e a disponibilidade dos alunos
Descrição	<p>O Ensino Secundário na Modalidade de Ensino Recorrente é ministrado em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo. Este tipo de ensino consegue dar resposta a um público adulto que não usufruiu de educação em idade própria, ou que não a completou, ou ainda que procura o ensino recorrente por razões de promoção cultural e profissional. O Ensino Secundário Recorrente concede uma certificação equivalente à que é obtida nos percursos do nível secundário em regime diurno, mas organiza-se de forma autónoma no que respeita às condições de acesso, currículos, programas, avaliação dos alunos, etc.</p> <p>Existem várias tipologias de cursos na Modalidade de Ensino Recorrente a nível secundário: cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos e cursos artísticos especializados, de nível secundário por módulos capitalizáveis, em regime presencial ou não-presencial.</p>

Quadro 10 Ensino Secundário Recorrente. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

Enquadramento Legal	Portaria nº 232/2016, de 29 de agosto
Nível QNQ	Nível 4
Certificação	Certificação Escolar ou Dupla Certificação
Destinatários	Jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou formação e não estejam inseridos no mercado de trabalho; Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e reconhecimento de competências. No caso dos candidatos com idade igual ou inferior a 23 anos, é obrigatório que possuam pelo menos três anos de experiência profissional, devidamente comprovada nos termos da lei.
Duração	Entre 150 horas e 300 horas, dependendo das necessidades e autonomia do candidato. A duração do processo pode ser acrescida de 50 horas de formação para reforço de aprendizagens.
Descrição	Este processo, atualmente desenvolvido pelos Centros Qualifica, visa proporcionar aos candidatos: orientação e apoio na identificação da oferta de qualificação mais adequada tendo em conta o perfil, motivações e expectativas de cada candidato; encaminhamento para a oferta de qualificação selecionada. Divide-se em duas vertentes: RVCC Profissional (processo que permite obter uma certificação profissional com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos, de acordo com as saídas profissionais do QNQ) e RVCC Escolar (processo que permite obter uma certificação escolar com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos). Existem processos de RVCC Escolar de nível básico e secundário, sendo que o mesmo candidato pode desenvolver em simultâneo um processo de RVCC Escolar e Profissional (RVCC de Dupla Certificação). Esta tipologia de formação permite também o prosseguimento de estudos a nível superior.

Quadro II Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Formações Modulares Certificadas

Enquadramento Legal	D.L. nº 396/2007, de 31 de dezembro; Portaria nº 283/2011, de 24 de outubro; Segunda alteração à Portaria nº 230/2008, de 7 de março; D.L. nº 396/2007, de 31 de dezembro; Portaria nº 97-A/2015, de 30 de março, alterada pelas Portarias nº 181-C/2015, de 19 de junho e nº 265/2016, de 13 de outubro; Despacho nº 1039/2013 de 18 de janeiro; Portaria nº 230/2008 de 7 de março, alterada pelas Portarias nº 711/2010, de 17 de agosto e nº 283/2011, de 24 de outubro; Despacho nº 334/2012, de 11 de janeiro
Nível QNQ	Possível a capitalização dos módulos para efeitos de obtenção de um Diploma de qualificação de nível 4.
Certificação	Certificado de Qualificações que pode ser utilizado nos Centros Qualifica, para certificação escolar e/ou profissional, no âmbito do Processo RVCC
Destinatários	Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou secundário, que procuram percursos formativos com uma carga horária mais flexível, isto é, formação ajustada às suas possibilidades e necessidades.
Duração	Entre 25 a 600 horas
Descrição	Funcionam por unidades capitalizáveis e integram-se no âmbito da formação contínua de ativos, destinando-se a adultos que não concluíram o ensino básico ou secundário ou que não detêm qualificação profissional adequada e pretendam adquirir competências escolares e/ou profissionais com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho. As ações de formação modular são capitalizáveis e permitem também a obtenção de uma ou mais qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), sendo compostas por Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), ou seja, um conjunto estruturado de conteúdos e pode ter a duração de 25h ou de 50h, cada. Estas são ministradas em várias entidades e organismos como IEFEP, Centros Qualifica, Associações Empresariais, entre outros, abrangendo diversas áreas de formação, de acordo com as necessidades dos destinatários e do tecido empresarial da região.

Quadro 12 Formações Modulares Certificadas. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

Por forma a mapear as diversas tipologias de oferta formativa a nível do ensino secundário, apresenta-se o seguinte Quadro-Síntese (Quadro 13):

Quadro-Síntese da Oferta Formativa do Ensino Secundário									
Tipologias	Requisitos de Ingresso		Duração	Orientação do Percorso		Estágio ou FCT	Nível Q	Exames Nacionais	
	Habilitações	Idade		Mercado de Trabalho	Ensino Superior			Para conclusão do Ensino Secundário	Para acesso ao Ensino Superior
Cursos Científico-Humanísticos	9º ano ou equivalente	n.a.	3 anos letivos		X		3	X	X
Cursos Profissionais	9º ano ou equivalente	n.a.	3 anos letivos	X		X	4		X
Ensino Artístico Especializado	9º ano ou equivalente	n.a.	3 anos letivos	X	X		3 ou 4	X	X
Cursos com Planos Próprios	9º ano ou equivalente	n.a.	3 anos letivos	X	X	X	4		X
Cursos Vocacionais (em extinção desde 2017)	Frequência do ensino secundário	16	2 anos letivos	X		X	4		X
Cursos de Aprendizagem	Frequência do ensino secundário	n.a.	3 anos letivos	X		X	4		X
Cursos de Educação e Formação de Adultos	9º ano ou equivalente	18 ou 23	315 a 2045 horas	X			3 ou 4		X
Ensino Secundário Recorrente	9º ano ou equivalente	18	Variável	X	X		3 ou 4		X
Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	9º ano ou equivalente	18	150 a 300 horas	X			4		X
Formações Modulares Certificadas	9º ano ou equivalente	18	25 a 600 horas	X			4		X

Quadro 13 Quadro-Síntese da Oferta Formativa do Ensino Secundário. Fonte: Adaptado de ANQEP e DGE.

2.3. Ensino Pós-Secundário

No que se refere ao **Ensino Pós-Secundário**, enquadram-se no ensino e formação profissional os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), conforme o Quadro 14:

Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	
Enquadramento Legal	D.L. nº 88/2006, de 23 de maio; Portaria nº 782/2009, de 23 de julho
Nível QNQ	Nível 5
Certificação	Diploma de Especialização Tecnológica
Destinatários	Titulares de um curso do ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente ou de um curso de nível 4 de qualificação do QNQ; Estudantes com aprovação em todas as disciplinas dos 10º e 11º anos e que estado inscritos no 12º ano de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente sem o concluir; Titulares de um diploma de especialização tecnológica ou de um grau ou diploma de ensino superior que pretendam uma requalificação profissional.
Duração	Aproximadamente um ano (entre as 1200 horas e as 1560 horas)
Descrição	Trata-se de uma formação pós-secundária não superior que foi ministrada por instituições de ensino superior até 31 de dezembro de 2016. Atualmente os CET continuam a ser ministrados pelas instituições de ensino não superior, como estabelecimentos de ensino públicos e particulares ou cooperativos e centros de formação profissional da rede, sob coordenação do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Têm como objetivo a preparação para uma especialização científica ou tecnológica numa determinada área de formação, incluindo formação e contexto de trabalho, com vista ao desenvolvimento de competências para o exercício profissional, mas permitem também o prosseguimento de estudos a nível superior.

Quadro 14 Cursos de Especialização Tecnológica. Fonte: Adaptado de ANQEP.

2.4. Ensino Pós-Secundário

Quanto ao **Ensino Superior**, enquadram-se no Ensino e Formação Profissional os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) lecionados por instituições de Ensino Politécnico, conforme descrito na Quadro 15:

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)	
Enquadramento Legal	D.L. nº 74/2006, de 24 de março, alterado pelo D.L. nº 63/2016, de 13 de setembro e pelo D.L. nº 65/2018, de 16 de agosto; Portaria nº 782/2009, de 23 de julho
Nível QNQ	Nível 5
Certificação	Diploma de Técnico Superior Profissional
Destinatários	Titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente; Titulares das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, realizadas, para o curso em causa, nos termos do D.L. nº 64/2006, de 21 de março; Titulares de um diploma de especialização tecnológica, de um diploma de técnico superior profissional ou de um grau de ensino superior, que pretendam a sua requalificação profissional.
Duração	2 anos
Descrição	Trata-se de uma oferta formativa de ensino superior, de 120 créditos, não confere grau académico, ministrada no ensino politécnico. São constituídos por um conjunto de unidades curriculares organizadas em componentes de formação geral e científica, formação técnica e formação em contexto de trabalho, que se concretiza através de um estágio, permitindo o ingresso à licenciatura, através de um concurso especial próprio. Esta tipologia de formação, iniciou-se no ano de 2014 com o objetivo de ter uma forte inserção regional, incluindo formação em contexto de trabalho.

Quadro 15 Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP). Fonte: Adaptado de DGES.

Ainda no que se refere ao Ensino Superior, é pertinente salientar que o sistema português está dividido em ensino universitário e ensino politécnico, podendo ser ministrado em instituições públicas e privadas. O ensino universitário está globalmente direcionado para a sólida investigação científica, para a promoção do conhecimento académico, para a análise crítica e para a inovação, proporcionando formação técnica para o exercício de atividades profissionais. O ensino politécnico, apesar de promover também o conhecimento teórico, adota uma perspetiva de análise e resolução de problemas concretos com o objetivo de preparar para o exercício de atividades profissionais.

Considera-se, assim, igualmente pertinente a descrição das tipologias conferentes de grau académico: a Licenciatura (Quadro 16), o Mestrado (Quadro 17) e o Doutoramento (Quadro 18).

É de referir que, em 2006, foi implementado em Portugal o Processo de Bolonha, introduzindo o *European Credit Transfer System* (ECTS) nos ciclos de estudos superiores. A informação apresentada nos quadros seguintes tem em consideração este sistema, atualmente em vigor.

Licenciatura	
Enquadramento Legal	- Lei nº 46/86, de 14 de outubro, alterada por: Lei, nº 115/97, de 19 de setembro; Lei nº 49/2005, de 30 de agosto; Lei nº 85/2009, de 27 de agosto; - D.L. nº 74/2006, de 24 de março; alterado por: D.L. nº 107/2008, de 25 de junho; D.L. nº 230/2009, de 14 de setembro; D.L. nº 115/2013, de 7 de agosto; D.L. nº 63/2016, de 13 de setembro; D.L. nº 65/2018, de 16 de agosto; - D.L. nº 42/2005, de 22 de fevereiro.
Nível QNQ	6
Certificação	Diploma de grau de Licenciado
Destinatários	Estudantes com aprovação num curso de ensino secundário nas condições para prosseguimento de estudos, quando existentes, ou ser titular de habilitação legalmente equivalente, tendo obtido a classificação mínima nas provas de ingresso (Exames Nacionais) fixadas pela instituição de ensino superior, bem como nos pré-requisitos (por exemplo, provas práticas realizadas nas próprias instituições), caso seja aplicável. No caso dos Regimes Especiais de acesso (Concurso para Maiores de 23, titulares de CET ou CTeSP ou estudantes internacionais), os pré-requisitos de acesso são estabelecidos pelas referidas instituições.
Duração	6 semestres até 8 semestres, excecionalmente, em determinados cursos
Descrição	No ensino politécnico, a licenciatura tem 180 créditos ECTS e, no ensino universitário, tem 180 ou 240 créditos ECTS. O grau de licenciado é conferido aos estudantes que tenham aprovação em todas as unidades curriculares do plano de estudos do curso, aprovado pelo órgão competente da própria instituição, e que demonstrem: a) Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão na área de formação; b) Saber aplicar os conhecimentos e a capacidade de compreensão adquiridos, de forma a evidenciarem uma abordagem profissional ao trabalho desenvolvido; c) Capacidade de resolução de problemas no âmbito da sua área de formação e de construção e fundamentação da sua própria argumentação; d) Capacidade de recolher, selecionar e interpretar a informação relevante, particularmente na sua área de formação, que os habilite a fundamentarem as soluções que preconizam e os juízos que emitem, incluindo na análise os aspetos sociais, científicos e éticos relevantes; e) Competências que lhes permitam comunicar informação, ideias, problemas e soluções, tanto a públicos constituídos por especialistas como por não especialistas; f) Competências de aprendizagem que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida com elevado grau de autonomia.

Quadro 16 Licenciatura. Fonte: Adaptado de DGES.

Mestrado

Enquadramento Legal	- Lei nº 46/86, de 14 de outubro, alterada por: Lei, nº 115/97, de 19 de setembro; Lei nº 49/2005, de 30 de agosto; Lei nº 85/2009, de 27 de agosto; - D.L. nº 74/2006, de 24 de março; alterado por: D.L. nº 107/2008, de 25 de junho; D.L. nº 230/2009, de 14 de setembro; D.L. nº 115/2013, de 7 de agosto; D.L. nº 63/2016, de 13 de setembro; D.L. nº 65/2018, de 16 de agosto; - D.L. nº 42/2005, de 22 de fevereiro.
Nível QNQ	7
Certificação	Diploma de grau de Mestre
Destinatários	Titulares do grau de Licenciado ou equivalente legal
Duração	3 a 4 semestres

Quadro 17 Mestrado. Fonte: Adaptado de DGES.

Doutoramento

Enquadramento Legal	- Lei nº 46/86, de 14 de outubro, alterada por: Lei, nº 115/97, de 19 de setembro; Lei nº 49/2005, de 30 de agosto; Lei nº 85/2009, de 27 de agosto; - D.L. nº 74/2006, de 24 de março; alterado por: D.L. nº 107/2008, de 25 de junho; D.L. nº 230/2009, de 14 de setembro; D.L. nº 115/2013, de 7 de agosto; D.L. nº 63/2016, de 13 de setembro; D.L. nº 65/2018, de 16 de agosto; - D.L. nº 42/2005, de 22 de fevereiro.
Nível QNQ	8
Certificação	Diploma de grau de Doutor
Destinatários	Titulares do grau de Mestre
Duração	6 a 8 semestres (frequentemente)
Descrição	<p>Não está definida a duração do ciclo de estudos conducente ao grau de doutor nem o número de ECTS correspondente. O mais frequente é que tenha uma duração de e 180 a 240 créditos ECTS.</p> <p>Para além da eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, integra a elaboração de uma tese original especialmente para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade, ou a compilação de um conjunto coerente e relevante de trabalhos de investigação, ou, no domínio das artes, uma obra ou conjunto de obras ou realizações, acompanhada de fundamentação escrita.</p> <p>Compete ao órgão competente de cada estabelecimento de ensino superior aprovar a estrutura curricular, o plano de estudos e as regras sobre a componente de tese, incluindo orientação, apresentação, defesa e júri.</p> <p>O grau de doutor é conferido aos que tenham obtido aprovação no ato público de defesa da tese e que demonstrem:</p> <ol style="list-style-type: none"> Capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo; Competências, aptidões e métodos de investigação num domínio científico; Capacidade para conceber, projetar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas; Realização de trabalhos de investigação original que tenha contribuído para o alargamento das fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de seleção; Capacidade de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas; Capacidade de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que são especializados; Capacidade de, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico e ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.

Quadro 18 Doutoramento. Fonte: Adaptado de DGES.

2.4.1. Síntese de percursos formativos

Assim, a mobilidade entre percursos formativos e a articulação entre a vertente académica e a profissional são visíveis do ensino secundário ao superior, como se representa pela Figura 2:

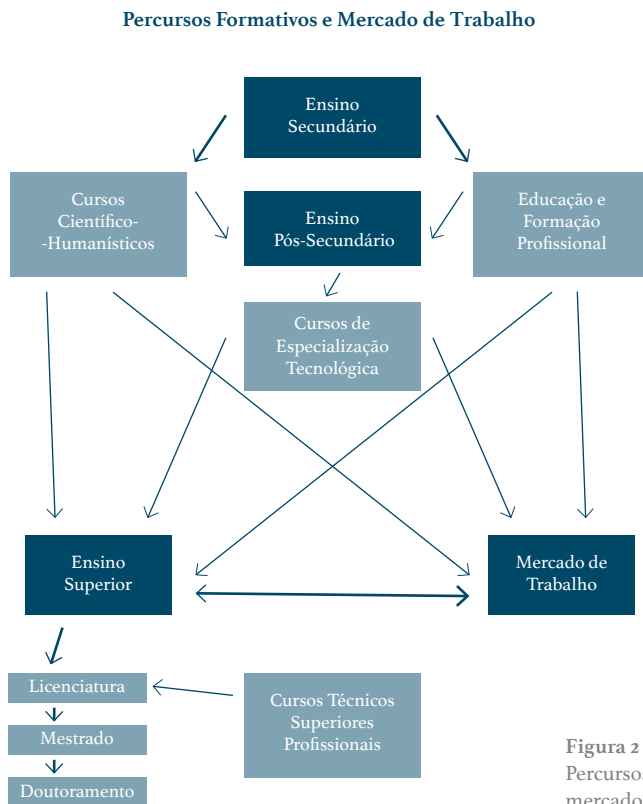


Figura 2
Percursos formativos e mercado de trabalho.

Em síntese, para além dos denominados cursos profissionais, verifica-se uma grande diversidade de ofertas formativas ao nível do ensino secundário, consideradas, no âmbito do presente estudo, de educação e formação profissional, dado o seu carácter profissionalizante. No entanto, é necessário ter também em consideração o facto de que alguns dos cursos apresentados foram, nos últimos anos, reestruturados e até extintos, como é o caso dos Cursos Vocacionais, gradualmente substituídos pelos Cursos de Educação e Formação. Por outro lado, destaca-se também a mobilidade entre ofertas formativas, eventualmente associadas a reorientação escolar ou a requalificação de habilitações académicas e profissionais, por exemplo, através da realização de Formações Modulares Certificadas ou do Processo RVCC.

Independentemente da tipologia formativa escolhida no ensino secundário e da orientação da mesma, a inserção no mercado de trabalho ou o acesso ao ensino superior são sempre opções a considerar. No caso da integração profissional, é de salientar a preparação técnica específica dos cursos de educação e formação profissional, muitos deles incluindo a realização de estágio ou formação em contexto de trabalho. No entanto, a opção por esta tipologia não invalida o acesso ao ensino superior, sendo para tal necessário cumprir com os requisitos estabelecidos pelas respetivas instituições e pela legislação em vigor.

Ao nível do ensino pós-secundário, devido à articulação com a vertente profissional, enquadram-se no ensino e formação profissional os CET, que outrora eram também ministrados nos estabelecimentos de ensino superior. Ao nível do ensino superior não conferente de grau, consideram-se os CTeSP. Ambas as tipologias de formação permitem quer a transição para o mercado de trabalho, dada a sua vertente profissionalizante, quer o ingresso em estudos superiores conferentes de grau académico.

É de salientar igualmente a evolução registada nos vários graus académicos (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), com o objetivo de aquisição de competências científicas mais elevadas, mas também de uma maior valorização profissional e consequente inserção no mercado de trabalho, nomeadamente em quadros superiores. Revela-se notória, neste âmbito, a tendência para a convergência entre o “saber” e o “saber-fazer”, comprovada, por exemplo, pela realização de estágio em alguns cursos de Licenciatura e Mestrado ou Mestrado Integrado, e a opção por trabalhos aplicados em detrimento de investigação puramente científica ao nível dos doutoramentos.



3. CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Para a caracterização dos estudantes do ensino e formação profissional, foram considerados os dados secundários disponibilizados por entidades creditadas, nomeadamente a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), que apoia o desenvolvimento das políticas europeias de ensino e formação profissional e contribui para a sua aplicação, sendo uma das entidades de referência para consulta de dados.

Considera-se, assim, pertinente uma abordagem inicial do Ensino e Formação Profissional no nível secundário, no contexto europeu. Com efeito, como se verifica pela Figura 3, surgem como países que registam uma percentagem mais elevada de frequência do ensino e formação profissional a República Checa (73%), a Finlândia (71%), a Croácia e a Áustria (70%), a Holanda e a Eslováquia (69%), a Eslovénia (67%), a Suíça (65%). Pode ainda constatar-se na figura mencionada que Portugal está na 19ª posição, com 45% de estudantes de ensino e formação profissional.

Percentagem de estudantes do ensino e formação profissional a nível do ensino secundário, por país, na União Europeia, 2015

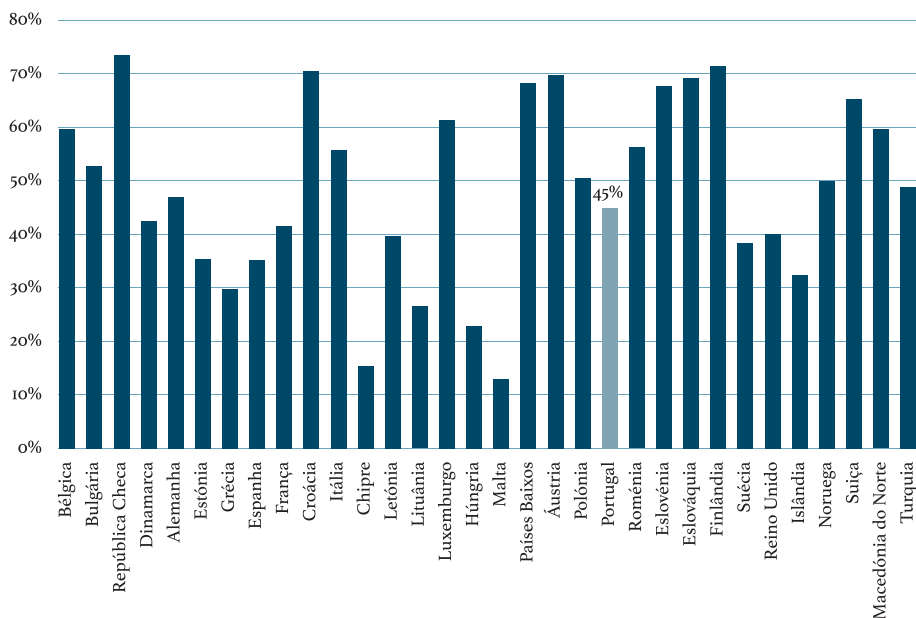


Figura 3 Percentagem de estudantes do Ensino e Formação Profissional na União Europeia no ano de 2015. Fonte: Adaptado de CEDEFOP (2017), baseado na Eurostat, UOE.

No entanto, e apesar de não existirem dados mais recentes sobre a percentagem dos estudantes do ensino profissional em Portugal no contexto da União Europeia, estima-se que a continuidade da aposta neste tipo de ensino terá eventualmente como consequência a subida da posição relativa de Portugal em relação aos outros países.

Com o propósito de contribuir para o estudo desta realidade, de forma mais pormenorizada e atual em Portugal, procede-se, de seguida, a uma caracterização baseada em aspetos demográficos, socioeconómicos e por região. Conforme referido anteriormente, este relatório utiliza a terminologia de ensino e formação profissional, de forma a abranger todas as tipologias de formação consideradas de carácter profissionalizante, nas quais se incluem também os cursos profissionais homologados, facto que deverá ser tido em consideração na análise seguinte.

3.1. Distribuição demográfica dos estudantes por oferta formativa e natureza dos estabelecimentos de ensino

Neste ponto, através da apresentação de gráficos e tabelas, analisam-se algumas variáveis, tais como o sexo, idade dos estudantes, natureza do estabelecimento de ensino e desvio etário por oferta de formação, comparando os alunos dos cursos científico-humanísticos com os dos cursos de ensino e formação profissional. Note-se que, na análise dos dados secundários da DGEEC, aparece uma nova nomenclatura de cursos profissionalmente qualificantes, correspondente à de cursos de ensino e formação profissional utilizada no presente relatório.

Verifica-se o constrangimento da falta de representatividade, pois, a título de exemplo, para o estudo “Estudantes à Saída do Secundário”, referente a 2015/2016 e atualizado em 2018, que serve de base para análise do presente capítulo, foram obtidas apenas 52,9% de respostas dos 94142 estudantes inquiridos, resultando em 47,1% de dados extrapolados, de acordo com a informação apresentada pela DGEEC no estudo em questão.

Nos referidos dados disponibilizados, os cursos científico-humanísticos apresentam 70% de mulheres e 65% de homens matriculados com menos de 18 anos, enquanto que os cursos de ensino e formação profissional registam 31% de mulheres e 27% de homens (Figura 4). Esta diferença percentual pode dever-se a retenções anteriores dos alunos dos cursos de ensino e formação profissional, antes do ingresso nos mesmos. Por outro lado, esta pode estar associada também a reorientações do percurso escolar, o que, na maioria dos casos, implica um reposicionamento no que diz respeito ao ano de escolaridade. De facto, 14% mulheres e 16% de homens matriculados nestes cursos têm 20 ou mais anos, enquanto os estudantes dos Cursos Científico-Humanísticos desta faixa etária representam apenas 2% de mulheres e 3% de homens. Ainda tendo como referência a Figura 4, verifica-se que a percentagem de mulheres e homens matriculados no ensino e formação profissional, com 18 anos, é 33% em ambos, já nos cursos científico-humanísticos a percentagem é de 22% e 25%, respetivamente. A diferença

entre as duas tipologias de ensino é maior na idade dos 19 anos, em que, nos cursos científico-humanísticos, se registam 6% de mulheres e 8% de homens, ao contrário dos outros cursos, com 22% e 24% de mulheres e homens, respetivamente.

Pode ainda constatar-se que a diferença de estudantes homens e mulheres em cada tipo de oferta formativa e por faixa etária é baixa. A média de idades dos homens nos CCH é superior à das mulheres. Nos CEFP, a média de idade das mulheres continua inferior. Contudo, em termos globais, a média de idades nos CEFP é superior à dos CCH.

Estudantes matriculados por sexo, por idade e por oferta formativa

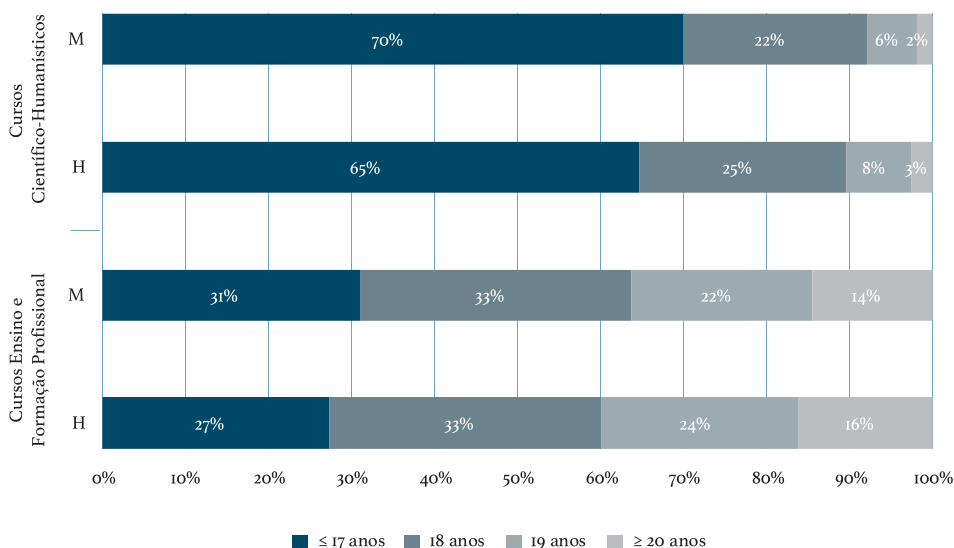


Figura 4 Percentagem de alunos matriculados por sexo e por idades nos Cursos de Ensino e Formação Profissional e Cursos Científico-Humanísticos em 2015/2016. Fonte: Adaptado de DGEEC: Estudantes à Saída do Secundário. Atualizado em 2018.

Olhando para as tipologias nos Ensino Público e Privado, observe-se a distribuição de estudantes por natureza do estabelecimento de ensino (Figura 5). Os dados apresentados mostram que a maioria dos estudantes matriculados nos cursos científicos-humanísticos frequentam estabelecimentos de ensino público (88%). Por outro lado, os estudantes dos Cursos de Ensino e Formação Profissional dividem-se pelos dois tipos de natureza de estabelecimentos de ensino: 57% matriculados no ensino público e os restantes 43% no ensino privado.

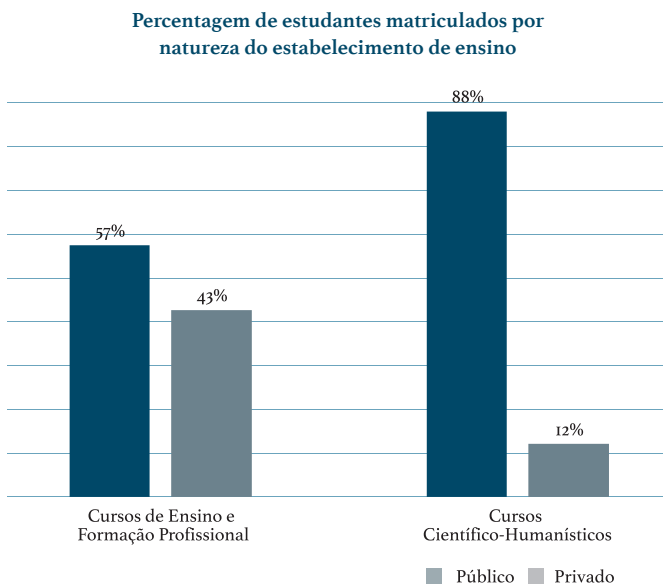


Figura 5 Percentagem de estudantes matriculados por natureza do estabelecimento de ensino. Fonte: Adaptado de DGEEC: Estudantes à Saída do Secundário 2017. Atualizado em 2018.

Constata-se que a oferta formativa relacionada com o ensino e formação profissional é mais evidenciada em estabelecimentos de natureza privada do que naqueles de caráter público, enquanto que os Cursos Científico-Humanísticos dominam o ensino público.

Relativamente ao desvio etário no trajeto escolar, observa-se na Figura 6 uma diferença de 7,8 pontos percentuais nos “o anos” entre os cursos científico-humanísticos em estabelecimentos de ensino público (49,9%) e privado (57,7%). Ou seja, o peso dos estudantes, sem desvio etário (i.e., o anos), é superior no ensino privado. Já nos Cursos Profissionalmente Qualificantes, os valores são muito diferentes, com cerca de $\frac{1}{4}$ dos estudantes (25,6% no público e 24,1% no privado) sem desvio etário no trajeto escolar. Nesta tipologia, as diferenças de desvio etário entre público e privado são mais visíveis do que nos CCH.

Para além de variáveis como a idade e o sexo, anteriormente apresentadas, é também de considerar a importância de outras associadas a aspetos socioeconómicos, conforme analisaremos no ponto seguinte.

Estudantes por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e desvio etário no trajeto escolar

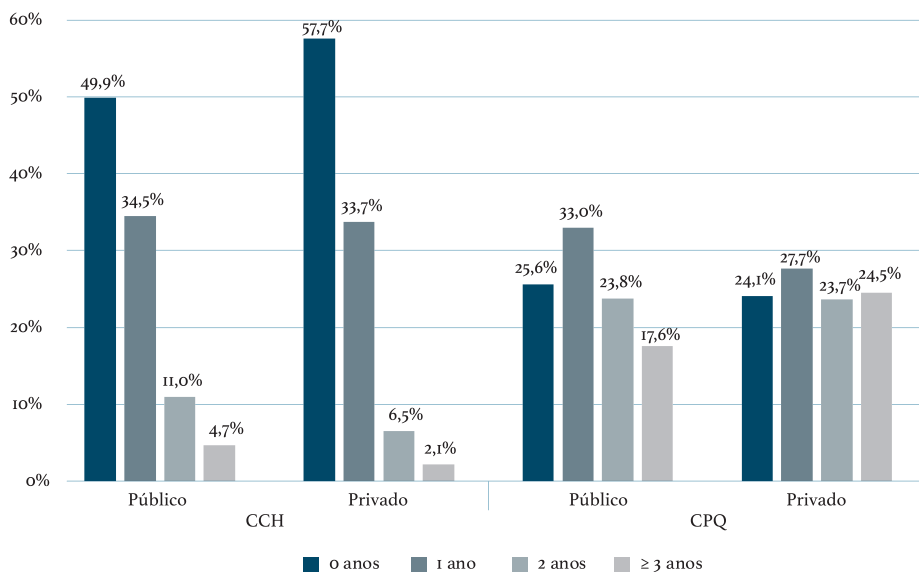


Figura 6 Percentagem de estudantes, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e desvio etário no trajeto escolar. Fonte: DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016. Atualizado em 2018

3.2. Distribuição socioeconómica dos estudantes no percurso de ensino

A OCDE (2018, p. 146) alerta para os problemas que podem advir da “historicamente fraca reputação” do ensino profissional em Portugal. Uma preocupação adicional resulta da constatação de que há uma correlação forte entre o nível socioeconómico das famílias e o tipo de percurso seguido pelos alunos. Segundo a mesma fonte, as escolas secundárias que apresentam proporções mais elevadas de alunos menos favorecidos em termos socioeconómicos tendem a registar maior número de alunos no percurso profissionalizante (47% do total de alunos, em média) do que as escolas secundárias mais favorecidas (apenas 22% em média). Tal é corroborado pelos dados secundários disponíveis e que passamos a apresentar.

A análise da variável nível de escolaridade dominante da família por tipo de certificação e sexo permite constatar que mais de metade dos estudantes dos cursos profissionalmente qualificantes (CPQ) provêm maioritariamente de famílias com baixo nível de escolaridade (12% ≤ 1º CEB e 46% entre o 2º e 3º CEB), quando comparado, por exemplo, com os estudantes dos cursos científico-humanísticos (CCH), nomeadamente ao nível de formação superior (Figura 7). Com efeito, os estudantes dos CCH apresentam percentagens de níveis de escolaridade dominante da família no Ensino Superior (32%) mais elevados do que os CPQ (9%).

Estudantes por tipo de certificação e nível de escolaridade dominante na família, 2015

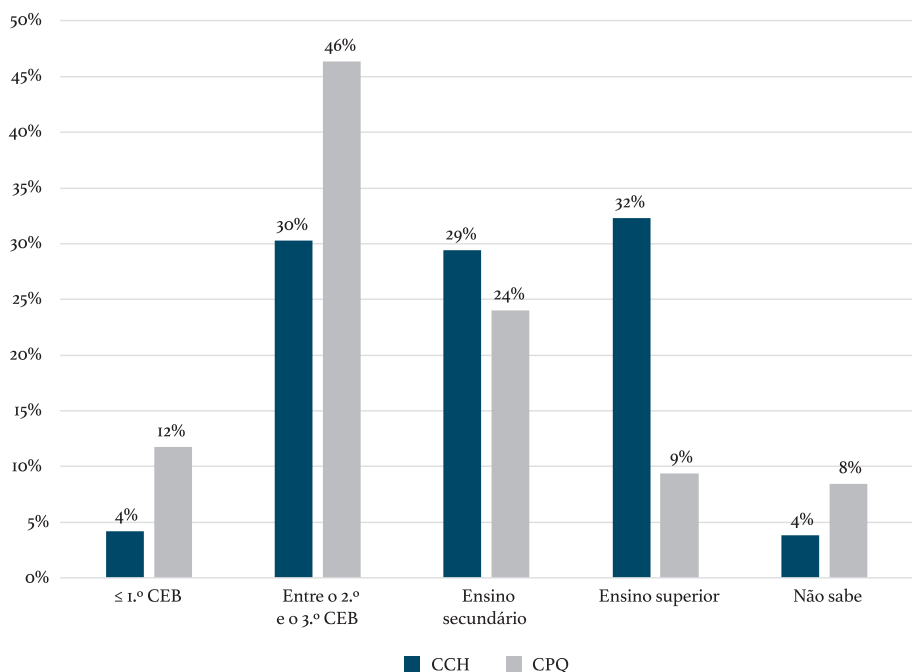


Figura 7 Percentagem de Estudantes por tipo de certificação e nível de escolaridade dominante da família, 2015. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016. Adaptado em 2018.

Por outro lado, o nível de escolaridade dominante na família “ensino secundário” apresenta também diferença entre os estudantes dos CPQ e CCH (24% e 29%, respetivamente). Existe uma aparente tendência dos estudantes de famílias com formação mais baixa optarem pelos CPQ do que os estudantes de famílias com mais formação, que se evidenciam mais nos CCH.

Relacionada também com esta variável está o grande grupo profissional dominante na família. Conforme se verifica pela Figura 8, no ano de 2015, a percentagem de estudantes cujo grupo profissional dominante na família é o dos quadros superiores, dirigentes, especialistas das profissões intelectuais, entre outros similares, é muito maior nos estudantes que frequentam os cursos científico-humanísticos (78%). Já os estudantes que frequentam os cursos profissionalmente qualificantes apresentam valores mais elevados nos casos em que os grupos dominantes na família são operários (49%), agricultores (51%) e trabalhadores não qualificados (52%), apesar de se aproximar nestes grupos da média dos CCH (51%, 49%, 48%, respetivamente). Constata-se, assim, à semelhança da figura anterior (Figura 7), um claro domínio dos CCH quanto aos grupos dominantes da família que representam formações mais elevadas.

Estudantes por tipo de certificação e grande grupo dominante na família, 2015

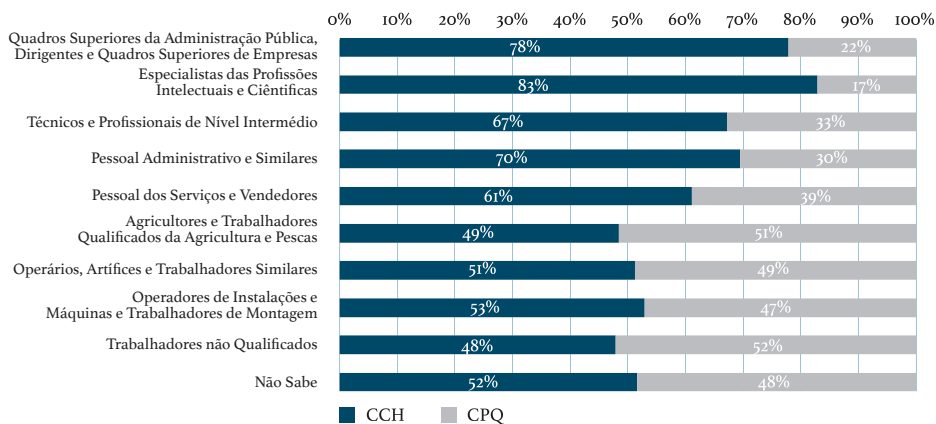


Figura 8 Percentagem de estudantes, por tipo de certificação e grande grupo profissional dominante na família, no ano de 2015. Fonte: Adaptado de DGEEC: Estudantes à Saída do Secundário 2017. Atualizado em 2018.

Verifica-se, no que diz respeito às condições perante o trabalho na família (Figura 9), que em ambas as tipologias é dominante, que “ambos os responsáveis pelo estudante exercem uma profissão”. Contudo, é visível uma diferença de 12 pontos percentuais entre as duas tipologias de formação: no caso dos CCH, 73%, e nos CPQ, 61% dos estudantes têm ambos os responsáveis a exercerem uma profissão. Consequentemente, as percentagens dos estudantes dos CPQ relativas aos casos em que apenas um dos responsáveis exerce uma profissão e o outro é inativo (13%) ou está desempregado (11%), bem como os casos em que ambos estão inativos (4%) ou desempregados (5%), são próximas às dos CCH.

Estudantes por tipo de certificação e condições perante o trabalho na família, 2015

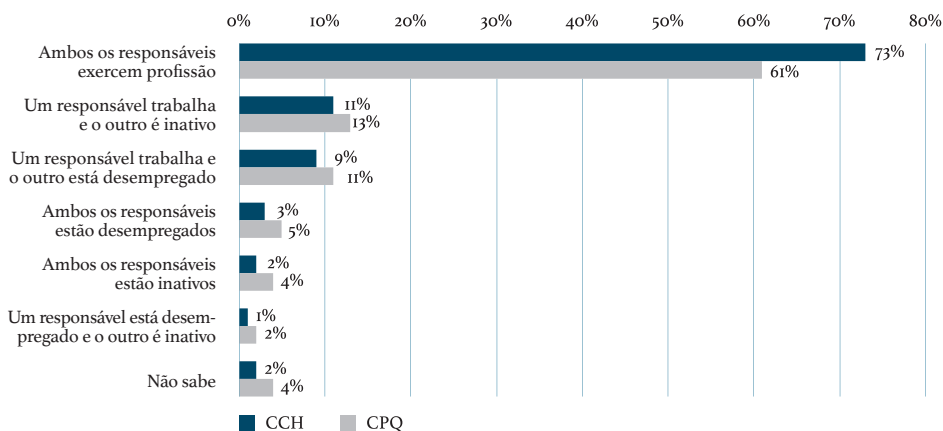


Figura 9 Estudantes, por tipo de certificação e condições perante o trabalho na família. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2017. Atualizado em 2018.

Para além destes fatores associados à escolaridade, ao grupo profissional e às condições perante o trabalho na família, outra variável analisada para a caracterização socioeconómica dos estudantes é o tipo de núcleo familiar. Em 2015/2016, regista-se que o tipo de núcleo familiar dominante em ambas as tipologias é a “família conjugal” (Figura 10), apesar da diferença de 10 pontos percentuais entre ambas as tipologias (CCH-76%; CPQ-66%).

Estudantes por tipo de certificação e tipo de núcleo familiar, 2015/2016

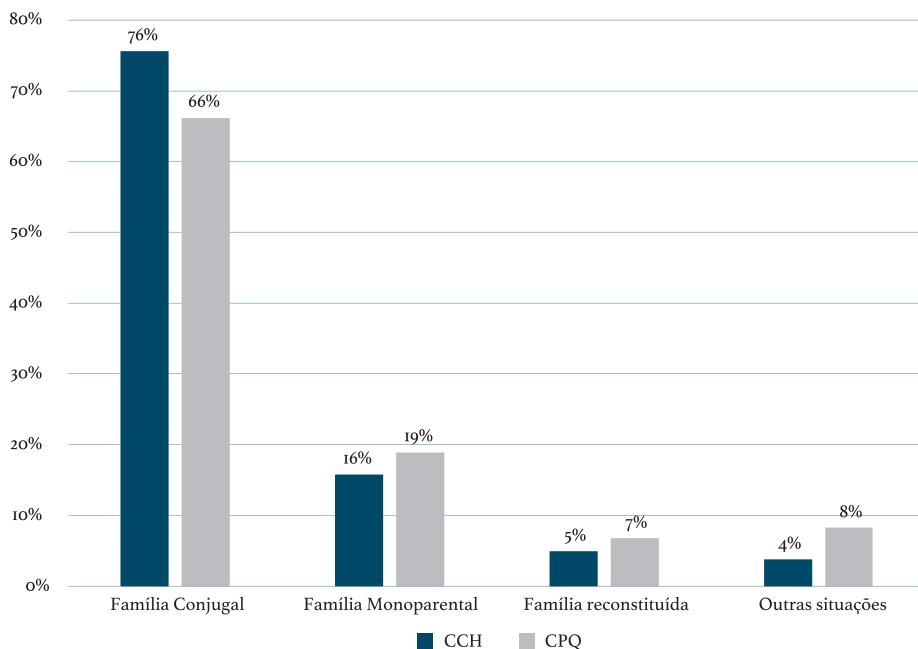


Figura 10 Percentagem de estudantes, por tipo de certificação e tipo de núcleo familiar no ano letivo de 2015/2016. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2017. Atualizado em 2018.

Para concluir este ponto, verifica-se, através da análise dos dados relativos a variáveis associadas às famílias dos estudantes, como o nível de escolaridade, o grupo profissional dominante e as condições perante o trabalho (Figura 7, Figura 8, Figura 9), que o contexto socioeconómico familiar dos estudantes pode estar relacionado com a opção pelos cursos do ensino e formação profissional, tendo sido verificada uma maior predominância desta tipologia de ensino nestes contextos. Deste modo, conclui-se que a caracterização socioeconómica dos estudantes é importante para a caracterização do ensino profissional em Portugal, exigindo, pois, um aprofundamento do estudo que possibilite comprovar a correlação entre as diversas variáveis e a opção pela vertente profissional como percurso formativo.

3.3. Distribuição dos estudantes por região

Segundo a publicação “*Education at a Glance*”, Portugal (OCDE, 2018, p. 1), em 2016, 41% dos estudantes do ensino secundário em Portugal estavam inscritos no ensino e formação profissional, sendo a média da OCDE de 44%. No entanto, a análise efetuada no âmbito do presente estudo, relativa a dados do ano letivo 2015/2016, mostra que 53% do total de estudantes eram do ensino e formação profissional. Esta diferença entre dados pode ser explicada pelo facto da nomenclatura utilizada não ser uniformizada e de a diversidade de tipologias de oferta formativa poder ou não ser considerada ensino e formação profissional, conforme exposto anteriormente. Tendo em consideração este constrangimento, procede-se à análise da distribuição dos estudantes em Portugal, por região (NUTS I, II e III).

Relativamente aos estudantes por nível de ensino, podemos observar na Figura II a percentagem de estudantes por nível de ensino em cada região NUTS II e, em particular, o peso do Ensino de Formação Profissional em cada região. Numa primeira instância, pode-se verificar que em áreas demograficamente mais populacionais, como o Norte e o Centro, verifica-se que os estudantes do Ensino de Formação Profissional representam 26,9% e 24,4%, respetivamente. No entanto, o peso do EFP varia entre 20,6% na Área Metropolitana de Lisboa e 39,0% na Região Autónoma dos Açores. Assim nas regiões mais populosas, o peso do EFP é tendencialmente mais baixo do que nas restantes.

Quanto aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, regista-se uma maior relevância nas regiões do Alentejo e Centro, se comparado com a relevância desta tipologia nas restantes regiões. O peso dos CTESP no geral é muito baixo (entre 0,3% na R.A. dos Açores e 2,7% no Alentejo). Note-se também que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não existe informação disponível acerca dos alunos inscritos no ensino pós-secundário não superior.

Percentagem de estudantes, por nível de ensino e por NUTS II, no ano letivo de 2016/2017

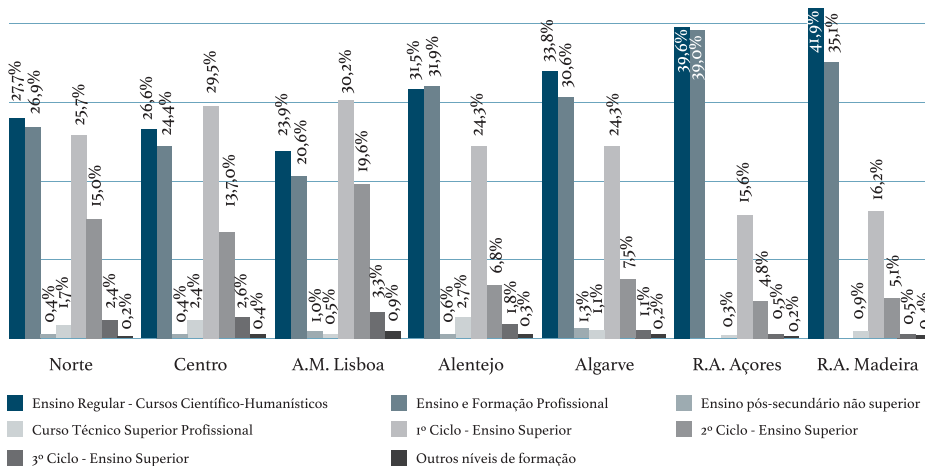


Figura II Percentagem de estudantes por nível de ensino e por NUTS II, no ano letivo de 2016/2017. Fonte: Adaptado de DGEEC, OTES: Estudantes à Entrada do Secundário 2016/2017.

Por outro lado, ao analisarmos apenas a distribuição dos cursos científico-humanísticos e dos cursos de educação e formação (Figura 12), por NUTS III, pode observar-se a percentagem de estudantes por oferta de educação e formação a nível do ensino secundário, por sub-região, no ano letivo de 2015/2016. Verifica-se que as sub-regiões com maior peso do ensino e formação profissional são o Baixo Alentejo (49%) e o Alto Minho (48%), enquanto que as sub-regiões que apresentam o menor peso são as Terras de Trás-os-Montes (25%) e o Alto Alentejo (28%).

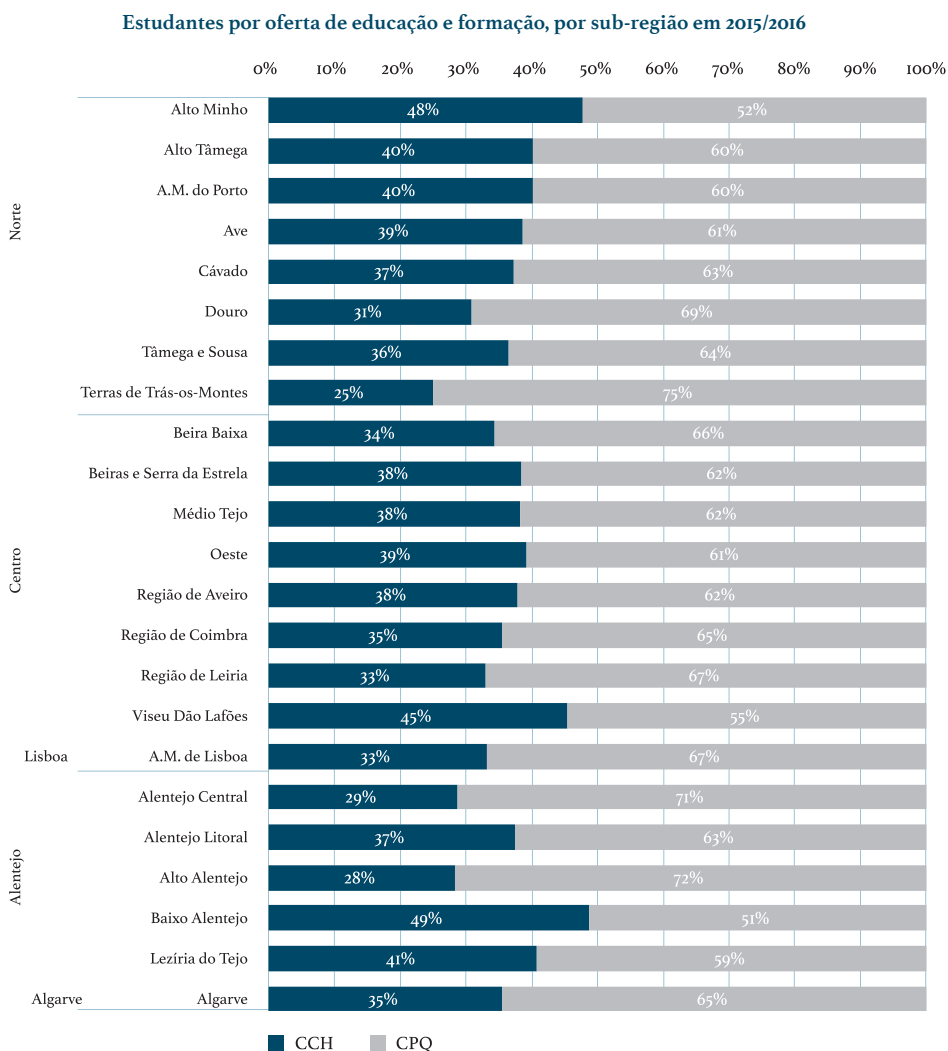


Figura 12 Número de estudantes por oferta de educação e formação, por sub-região. Fonte: Adaptado de DGEEC, OTES: Estudantes à Entrada do Secundário 2016/2017.

Para concluir este ponto, note-se que, em termos globais, o CEFEP representa, em média, 37%, sendo diferente da média de 45% representada na Figura 3 (a média de Portugal indicada pela OCDE no mesmo ano). Esta diferença de informação de diferentes origens constitui um constrangimento associado à recolha dos dados secundários utilizados, podendo dever-se às nomenclaturas do Ensino e Formação Profissional e às tipologias de curso que se podem englobar.

3.4. Taxa de Conclusão dos cursos profissionais

No que se refere à Taxa de Conclusão dos Cursos Profissionais, proceder-se-á a uma análise de variáveis, a nível secundário, nomeadamente a assiduidade, principais razões para interromper ou desistir de estudar no ensino secundário, taxa de retenção e desistência, taxa de conclusão e conclusão por áreas de educação e formação.

Os CPQ referem-se a uma oferta formativa de carácter profissionalizante que, em muitos casos, está relacionada com questões como o risco de abandono escolar e/ou insucesso escolar anterior. Por isso, considera-se pertinente a reflexão sobre o fator assiduidade, que poderá ser também uma condicionante para a conclusão do curso.

A Figura 13 mostra que a taxa de assiduidade dos estudantes é mais elevada nos CCH: 65,9% dos estudantes dos CCH são “muito assíduos”, enquanto essa percentagem é apenas 53% nos CPQ. Complementarmente, verifica-se que, nos CPQ, 14% dos estudantes são “pouco assíduos” e 6,1% são “muito pouco assíduos”, percentagens superiores às apresentadas pelos CCH.

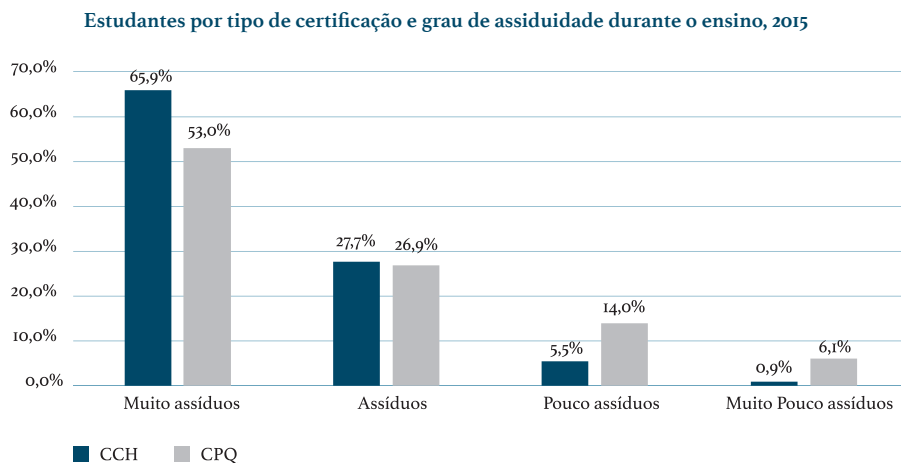


Figura 13 Estudantes, por tipo de certificação e grau de assiduidade durante o ensino, 2015. Fonte: DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016.

Existem vários motivos apontados para a interrupção ou desistência dos estudantes e consequentemente influenciam a conclusão do percurso escolar a nível secundário. Na Figura 14, verifica-se que os “motivos pessoais” e “não gostar de estudar” são as maiores razões para desistir de estudar, quer no que diz respeito aos CCH (34,3% e 21,4%, respetivamente) quer aos CPQ (20,8% e 21,5%, respetivamente).

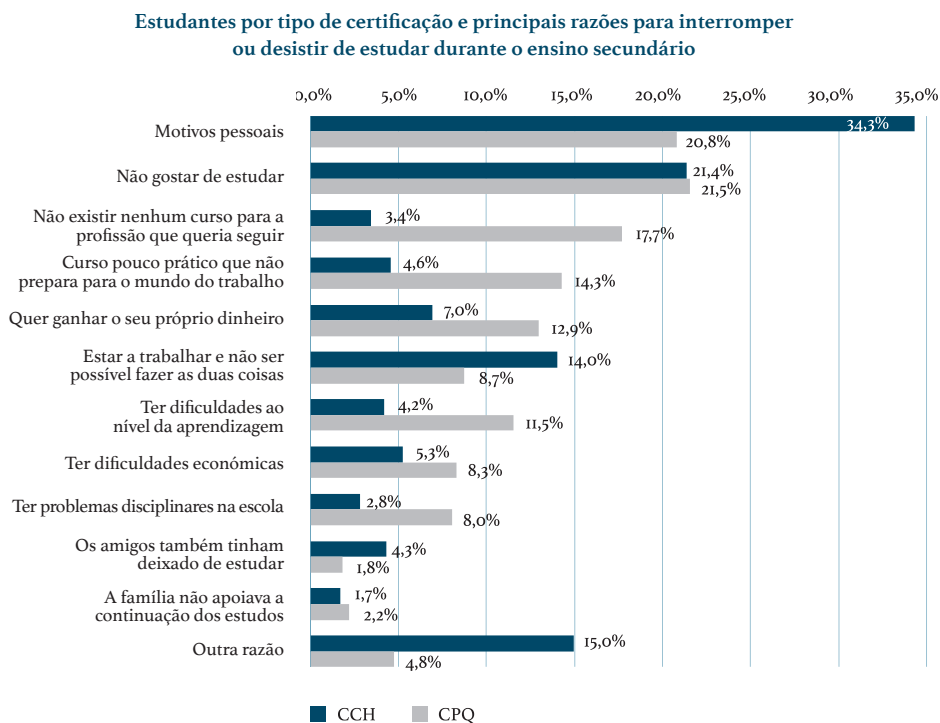


Figura 14 Estudantes, por tipo de certificação e principais razões para interromper ou desistir de estudar durante o ensino secundário, 2015. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016. Atualizado em 2018.

Ainda sobre este ponto (Figura 14), alerta-se novamente para o facto de os dados obtidos poderem não ser representativos. Trata-se de dados resultantes de uma pergunta de escolha múltipla que permitia várias opções de resposta. Para além disso, apenas 0,7% (653) do total de inquiridos (93489) responderam, sendo que esses respondentes representam 0,3% dos CCH e 1,4% dos CPQ. A taxa de resposta baixa pode estar relacionada com o facto de esta pergunta não se aplicar aos estudantes que não deixaram de estudar.

Outra variável importante a analisar é a taxa de retenção e desistência, tendo em consideração a vertente geográfica. A Figura 15 mostra-nos a variação da referida taxa do ano letivo de 2013/2014 até ao ano letivo de 2016/2017, por NUTS II.

Taxa de retenção e desistência (%) nos cursos tecnológicos e profissionais, no 12º ano, na NUTS II

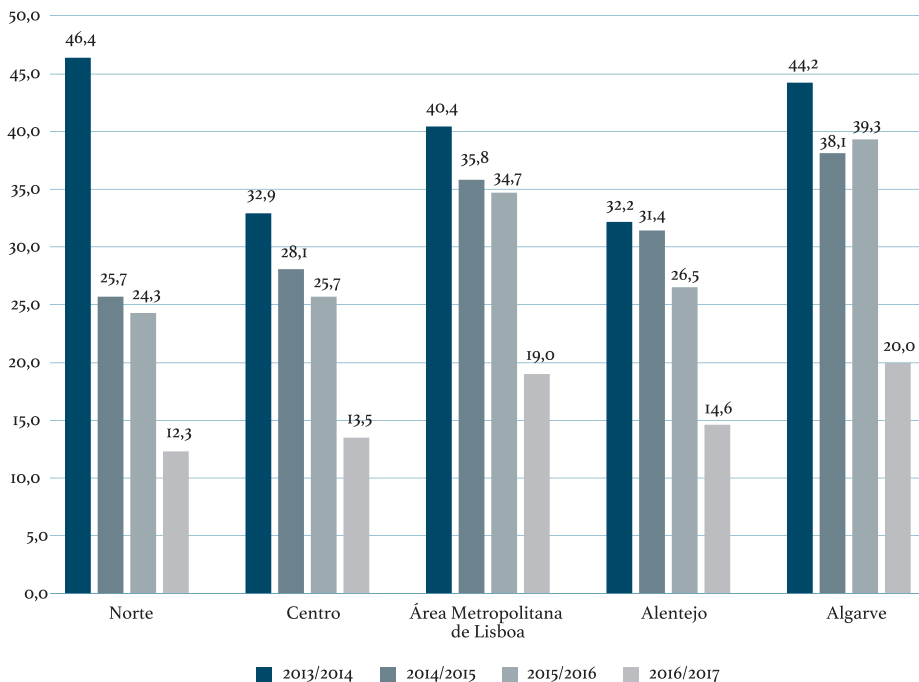


Figura 15 Taxa de retenção e desistência (%) nos cursos tecnológicos e profissionais, no 12º ano, por NUTS II. Fonte: DGEEC Adaptado de Taxa de retenção e desistência (%), por sexo, nível de ensino, ciclo de estudos e ano de escolaridade - Continente, NUTS II, III e Concelhos – 2013/14 a 2017/18,2019

A variação da taxa de retenção e desistência nos cursos tecnológicos e profissionais de nível secundário acompanha a mesma tendência ao longo dos anos nas várias regiões. No entanto, é de destacar também a diminuição da taxa de retenção e desistência nos mesmos. No ano letivo de 2013/2014, o Norte do país registava a taxa mais elevada (46,4%) e, no último ano em análise, esta situou-se nos 12,3%, a taxa mais baixa do país.

Se analisarmos a média da taxa de conclusão dos cursos profissionais a nível nacional, (Figura 16), comparando-a com a de outras tipologias de oferta formativa, verificamos que esta é ligeiramente superior (72,9%) à taxa de conclusão dos cursos científico-humanísticos (68,4%). São ainda de destacar as mais elevadas taxas de conclusão no ensino artístico especializado (77,2%). Contudo, são os cursos tecnológicos aqueles que têm uma taxa de conclusão mais elevada (89,0%).

Média nacional da taxa de conclusão (%), por oferta de educação e formação a nível secundário 2015/2016

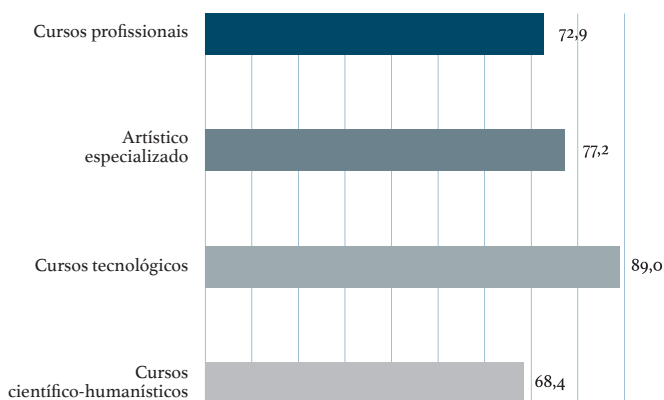


Figura 16 Média Nacional da Taxa de conclusão dos estudantes, por oferta de educação e formação de nível secundário. Fonte: Adaptado de DGEEC ,2017, Estatísticas Educação (2017)

Analisando ainda as taxas de conclusão, no que diz respeito à NUTS II (Figura 17), verifica-se que os cursos tecnológicos registam valores mais elevados, comparativamente às restantes tipologias de formação. No entanto, isto apenas se verifica nas Regiões Norte e Centro (87,6% e 90,4%), uma vez que não existem dados da taxa de conclusão dos cursos tecnológicos nas restantes regiões. Quanto aos cursos profissionais, destaca-se o Alentejo, com a taxa de conclusão mais elevada (82,3%). Os valores mais baixos referem-se ao Algarve (59,0%), seguido da Área Metropolitana de Lisboa (64,9%). Todas as restantes regiões contam com taxas de conclusão acima dos 71%.

Poderemos ainda salientar o facto de as taxas de conclusão dos cursos profissionais serem superiores às dos cursos científico-humanísticos em todas as regiões, à exceção do Algarve. Na A.M. de Lisboa, ambas as tipologias revelam taxas muito próximas.

Taxa de conclusão (%), por NUTS II, por oferta de educação a nível secundário, 2015/1016

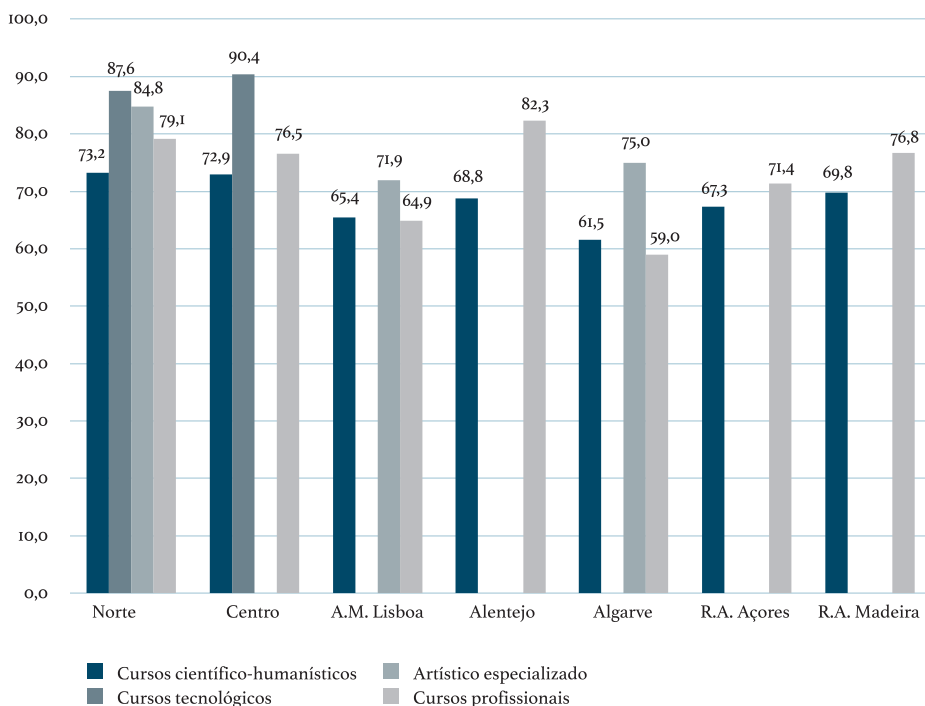


Figura 17 Taxa de Conclusão dos estudantes, por NUTS II, por oferta de educação e formação a nível secundário no ano terminal, 2015/2016. Fonte: Adaptado de DGEEC ,2017, Estatísticas Educação (2017)

Constatam-se diferenças interessantes entre as taxas de conclusão nas diferentes regiões, não havendo, contudo, informação sobre os fatores que os possam explicar.

Analisando as diferenças nas taxas de conclusão entre o ensino público e privado, verifica-se que os valores dos estudantes do ensino privado independente do Estado são superior à de outros tipos de estabelecimento nos cursos científicos-humanísticos (91,4%), nos cursos artísticos especializados (90,6%) e nos cursos profissionais (80,1%) (Figura 18). No ensino privado dependente do Estado, a maior taxa de conclusão ocorre nos cursos tecnológicos (93%), mas ainda assim muito próxima da taxa de conclusão dos cursos nos estabelecimentos privados independentes do Estado (85,7%). Não estão, no entanto, disponibilizados dados relativamente aos cursos tecnológicos em estabelecimentos públicos nem ao Ensino Artístico Especializado (EAE) em estabelecimentos privados dependentes do Estado.

Taxa de conclusão (%), por natureza do estabelecimento de ensino, oferta educação e formação, ao nível secundário no ano de 2015/2016

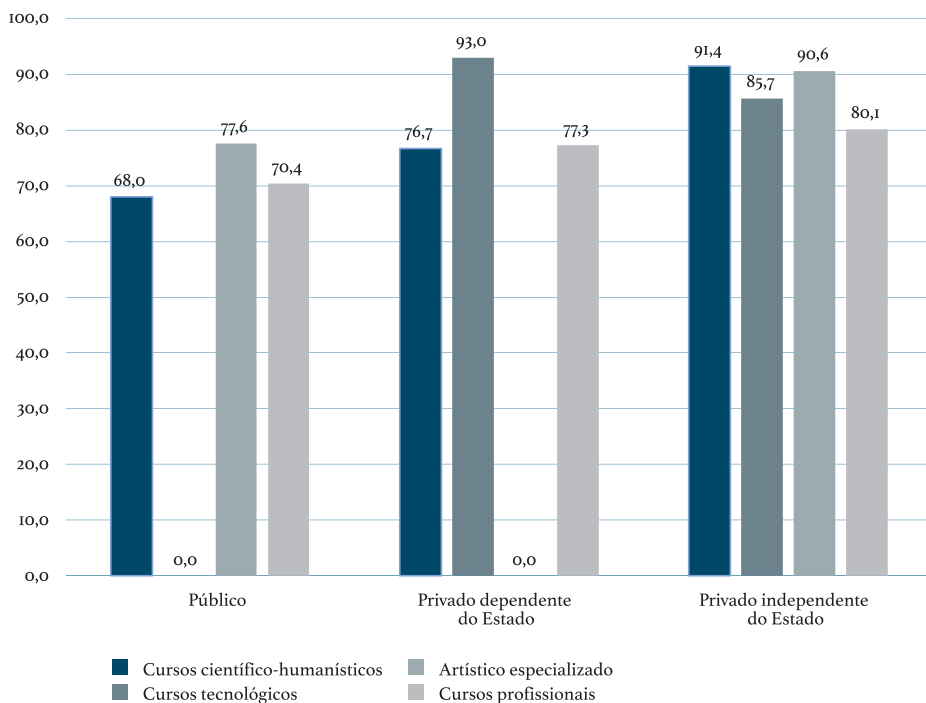


Figura 18 Taxa de conclusão, por natureza do estabelecimento de ensino, oferta de educação e formação ao nível do secundário no ano de 2015/2016. Fonte: Adaptado de DGEEC, 2017, Estatísticas Educação (2017)

Assim, verifica-se que, no geral, a taxa de conclusão dos estudantes de todas as ofertas de educação e formação é superior nos estabelecimentos de ensino privado.

3.5. Conclusão por área em cada região

Para concluir este subcapítulo, faz-se a análise da conclusão dos estudantes por área de educação e formação, por NUTS II (Tabela 1). Verifica-se que, em todas as regiões, a área de educação e formação com mais estudantes a concluírem o curso é a dos Serviços Pessoais, variando o seu peso entre 10,3% e 31,3%. Consequentemente, esta área é a que representa maior peso de estudantes (25,1%) a concluírem cursos em Portugal. A área de Serviços Pessoais remete a saídas profissionais ligadas aos Cuidados de Beleza, Turismo e Lazer, Hotelaria e Restauração, Desporto e Serviços Domésticos. Esta é seguida das áreas das Engenharias e Técnicas afins (16,7%) e das Ciências Empresariais (15,2%) como áreas com maior representatividade a nível nacional.

Área de educação e formação dos Cursos Profissionais Homologados	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Total Portugal
Artes	12,8%	11,4%	14,2%	6,5%	14,4%	-	15,5%	12,1%
Humanidades	0,2%	-	-	-	-	-	-	0,1%
Informação e jornalismo	-	-	-	-	-	1,7%	-	0,0%
Ciências empresariais	18,0%	12,3%	13,5%	17,6%	11,6%	16,9%	8,8%	15,2%
Direito	0,1%	0,5%	0,2%	0,2%	-	-	-	0,2%
Informática	6,9%	11,7%	13,9%	7,3%	15,1%	8,6%	14,0%	10,0%
Engenharias e técnicas afins	20,3%	17,8%	10,6%	16,9%	11,5%	16,6%	3,9%	16,7%
Indústrias transformadoras	3,3%	1,5%	1,7%	5,6%	-	2,9%	-	2,5%
Arquitetura e construção	0,2%	0,1%	0,1%	0,9%	-	2,6%	-	0,2%
Agricultura, silvicultura e pescas	1,6%	2,9%	0,9%	8,2%	-	9,2%	0,8%	2,4%
Saúde	7,1%	5,8%	3,5%	-	1,0%	5,6%	5,5%	5,3%
Serviços sociais	4,9%	7,5%	11,4%	8,0%	14,3%	15,2%	19,5%	8,0%
Serviços pessoais	22,8%	27,0%	28,0%	25,1%	31,3%	10,3%	28,2%	25,1%
Serviços de transporte	0,2%	0,1%	0,2%	1,0%	-	2,3%	-	0,3%
Proteção do ambiente	1,3%	0,2%	0,7%	2,6%	-	7,2%	2,4%	1,1%
Serviços de segurança	0,4%	1,3%	1,1%	-	0,8%	1,1%	1,4%	0,8%
Ciências sociais e do comportamento	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 1 Estudantes que concluíram cursos profissionais, por área de educação e formação, por NUTS II em 2015/2016. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário, 2015/2016. Atualizado em 2018.

As áreas menos populares a nível nacional são a Informação e Jornalismo (0,0%), Humanidades (0,1%), Arquitetura e Construção (0,2%) e Serviços de Transporte (0,3%). Salienta-se, contudo, que os dados disponibilizados pela fonte não apresentam informação em algumas regiões, não sendo possível, por isso, tecer considerações ou explicar as razões, por exemplo, de só haver dados na área de Informação e Jornalismo nos Açores.

Conclui-se, deste modo, que a área dos Serviços Pessoais é aquela em que se regista a mais elevada percentagem em qualquer uma das regiões (NUTS II). No entanto, em termos de distribuição pelas várias regiões, é também notória alguma diferenciação geográfica de prevalência de determinadas áreas de formação, como, por exemplo, Agricultura, Silvicultura e Pescas, no Alentejo (8,2%) ou na Região Autónoma dos Açores (9,2%).



4. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA

No seguimento da execução dos objetivos enunciados para o presente relatório, este capítulo descreve as tipologias de oferta formativa no **Ensino Secundário**, **Ensino Pós-secundário** e **Ensino Superior**, designadamente no que diz respeito à educação e formação profissional. O principal objetivo passa por descrever e comparar cada tipologia de formação, enquadrando-a legalmente e fazendo referência à sua certificação, ao nível de educação e ao nível do Quadro Nacional de Qualificações, entre outros aspetos.

Após a sistematização da informação relativa à oferta formativa apresentada no capítulo 2, segue-se a caracterização da mesma, analisando nomeadamente as matrículas de estudantes por ofertas formativas, perceções sobre as dimensões do curso, tipologias de estabelecimento de ensino, expectativas do percurso escolar e empregabilidade.

4.1. Oferta formativa e frequência

Observa-se, na Figura 19, a predominância de ambas as ofertas de educação e formação ao longo dos anos (2000-2017). No período de 2000-2007, os Cursos Científico-Humanísticos são predominantes (2007/2008-56%). Contudo, a partir do ano 2008 até 2012, a predominância passa a ser dos Cursos de Ensino e Formação Profissional (2011/2012-52%).

Estudantes matriculados por oferta de educação e formação em Portugal de 2000/01 a 2016/17

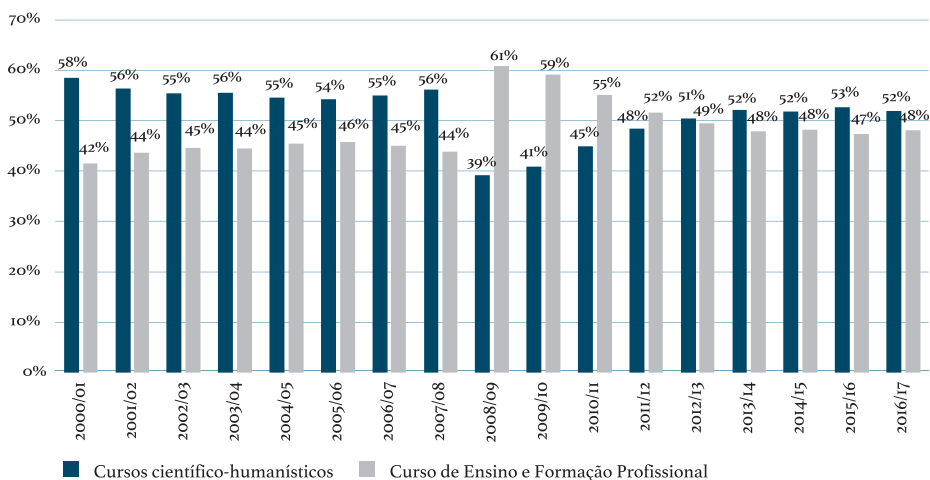


Figura 19 Percentagem de estudantes matriculados por oferta de educação em Portugal (2000/2001 a 2016/2017). Fonte: Adaptado de DGEEC: Indicadores gerais da Educação. Atualizado em outubro de 2018.

No ano de 2012/2013, os pesos de ambas as tipologias estão equilibrados, voltando os CCH a recuperar a sua predominância no ano seguinte, em 2013/2014 (52%). Tendo em conta o foco do presente relatório no ensino e formação profissional, analisaram-se mais pormenorizadamente os estudantes matriculados nos cursos que se considerou fazerem parte do conceito global de EFP. A Figura 20 permite observar a evolução de cada tipo de oferta formativa, registando-se a grande representatividade do número de estudantes matriculados nos Cursos Profissionais, em relação aos outros Cursos do Ensino e Formação Profissional, representando estes 60% das matrículas, em 2016/17.

Por outro lado, observa-se a drástica diminuição de matriculados em algumas ofertas formativas, como é o caso do Ensino Recorrente, que, em 2008/09, diminui 14 pontos percentuais, ao contrário do aumento do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Considera-se que este facto estará relacionado com a reestruturação deste sistema e a criação dos então denominados Centros Novas Oportunidades, que aconteceu precisamente durante este período. Para além disso, verifica-se que as matrículas nos Cursos Científico-Tecnológicos, nos anos mais recentes, sofreram também uma grande queda percentual, representando apenas 2% de estudantes matriculados nos últimos anos letivos.

Ressalve-se, ainda, o registo de baixas percentagens relativas às ofertas formativas dos cursos vocacionais e dos cursos de educação e formação, de nível secundário, justificadas pela própria extinção e reestruturação destas tipologias nos últimos anos em análise.

Evolução dos estudantes matriculados, por oferta formativa do Ensino e Formação Profissional

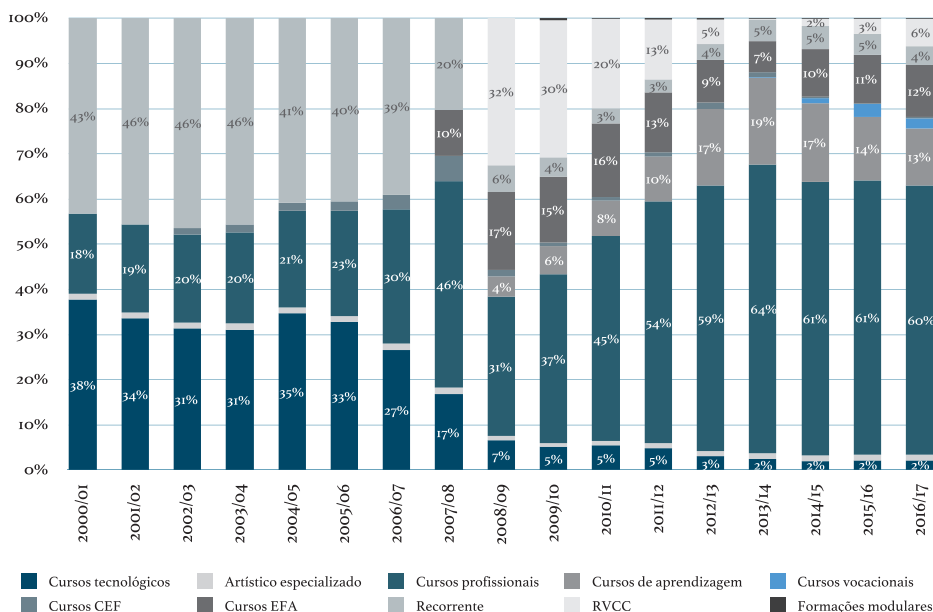


Figura 20 Evolução dos estudantes matriculados, por oferta formativa do Ensino e Formação Profissional de 2000/01 a 2016/17. Fonte: Adaptado de DGEEC: Indicadores Gerais da Educação. Atualizado em 2018.

Entende-se claramente que os cursos profissionais (referindo-nos especificamente aos cursos de Nível IV homologados) têm sido cada vez mais valorizados, tanto pelo número de cursos que têm sido criados, como resposta quer à extinção de outras tipologias de formação, quer à própria procura de mão de obra especializada por parte do mundo empresarial e associativo, como também pelos estudantes que procuram este tipo de ensino. Esta valorização pode justificar-se também pelas perceções que os mesmos têm deste tipo de ensino e pela transformação que estas têm vindo a representar.

Neste sentido, segundo a Figura 21, as perceções mais relevantes, por parte dos estudantes, dependem de cada oferta de formação. Note-se que as perguntas são de resposta múltipla. Enquanto nos cursos científico-humanísticos e nos cursos tecnológicos a perceção a que os estudantes mais responderam “concordo totalmente” é a “preparação para o prosseguimento de estudos”, nos cursos profissionais, as mais populares entre os inquiridos são “dar boas oportunidades de emprego” e “preparar para a vida profissional”. Esta última perceção é também a mais concordada entre os alunos do Ensino Artístico Especializado. Já nos cursos vocacionais, constata-se que a perceção mais popular entre os estudantes é “dá boas oportunidades de emprego”:

Estudantes por oferta de educação e formação frequentada e dimensões do curso, 2015

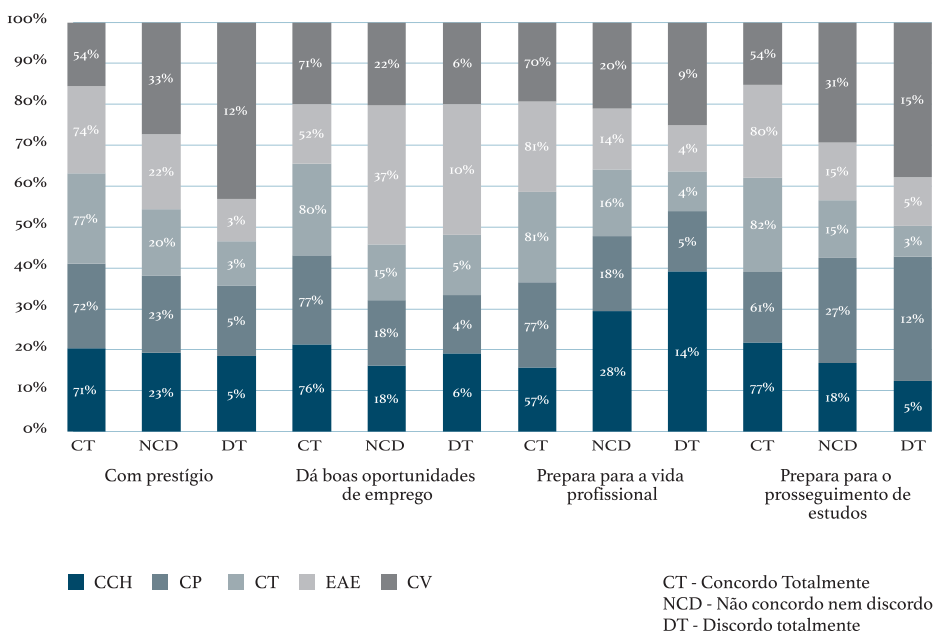


Figura 21 Estudantes, por oferta de educação e formação frequentada e perceções sobre as dimensões do curso, 2015. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016.

Dadas as opções de respostas se escalarem em grau de concordância, os dados obtidos conduzem às ilações apresentadas. Contudo, não é possível aprofundar esta variável de estudo através destes dados, sendo estes considerados muito redutores pelos autores do presente relatório.

4.2. Ensino e formação profissional pós-secundário

O ensino e formação profissional pós-secundário inclui os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), que são cursos de ensino não superior, e os Cursos Técnico Superior Profissional (CTeSP), que são cursos de ensino superior. A tipologia de ensino e formação profissional CET já não é atualmente ministrada em instituições do ensino superior. Desde 2014/2015, os CET são disponibilizados apenas por outras entidades, como centros de formação, reduzindo-se drasticamente o número de alunos matriculados neste tipo de curso, conforme é representado pela Figura 22.

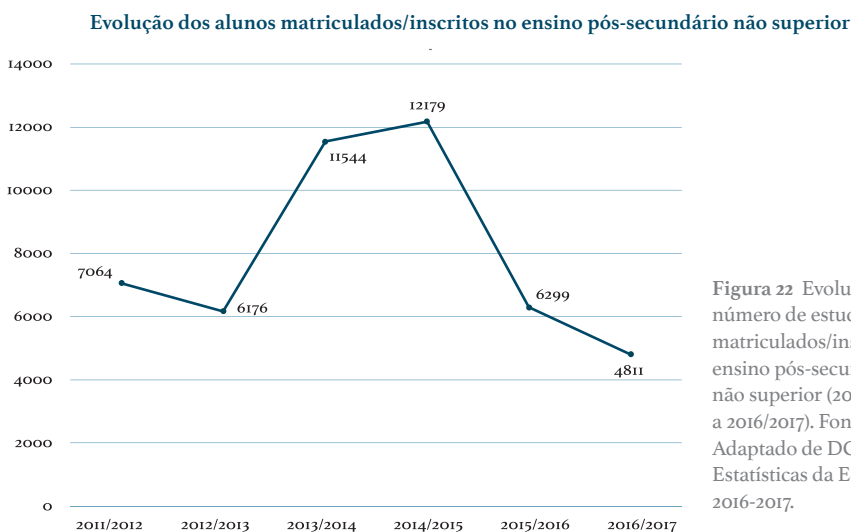


Figura 22 Evolução no número de estudantes matriculados/inscritos no ensino pós-secundário não superior (2011/2012 a 2016/2017). Fonte: Adaptado de DGEEC: Estatísticas da Educação 2016-2017.

Para se proceder a uma reflexão mais aprofundada sobre a temática em estudo, no que diz respeito a este capítulo, é pertinente a análise de dados relativos às expectativas dos estudantes à saída do ensino secundário. Através da Figura 23, constata-se que as expectativas dos estudantes dos cursos científico-humanísticos, que estão tendencialmente orientados para o prosseguimento de estudos, são muito diferentes das dos alunos dos cursos profissionalmente qualificantes. Note-se, deste modo, que os estudantes dos CCH têm uma expectativa de concluir o 12º ano e continuar a estudar, após o término do secundário, superior aos dos CPQ em mais de 50 pontos percentuais. Para além disso, verifica-se, em ambos os casos, que a expectativa mencionada é superior nos estudantes

do ensino privado. Quanto aos estudantes que pretendem concluir o 12º ano e deixar de estudar, os dados mostram que mais de um terço dos estudantes dos CPQ tencionam fazê-lo, ao contrário dos estudantes dos CCH, em que apenas 4,9% tem este objetivo. A expectativa de não terminar o 12º ano representa valores muito baixos nos CCH (0,3%) e CPQ (3,1%). Tanto num tipo de certificação como no outro, verifica-se que 21% dos estudantes têm dúvidas (“não sabe”).

Estudantes por tipo de certificação, estabelecimento de ensino e expectativas de percurso escolar, 2015

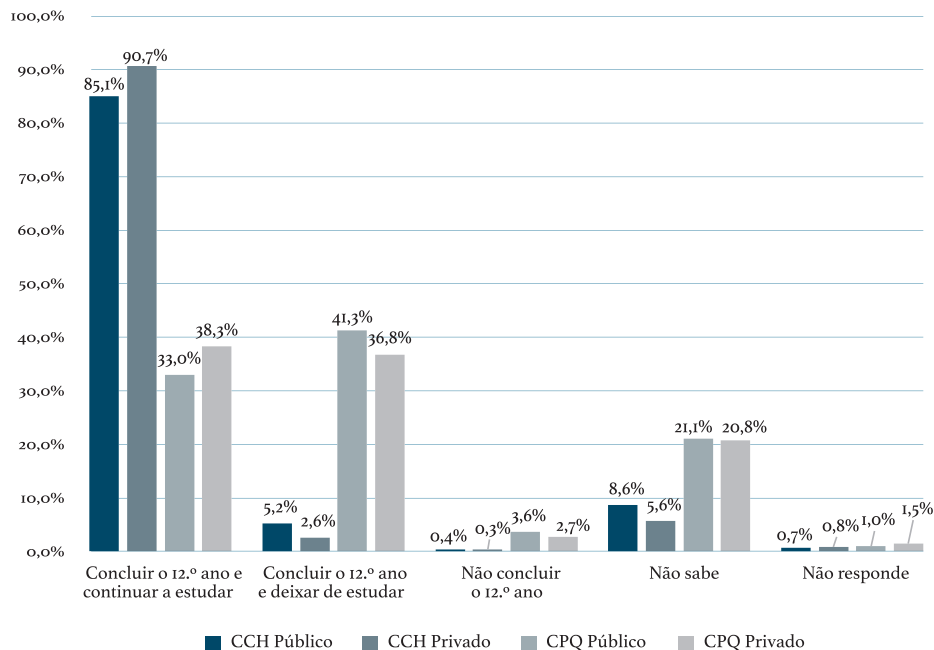


Figura 23 Estudantes, por tipo de certificação, estabelecimentos de ensino e expectativas de percurso escolar, 2015. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016.

Por outro lado, considera-se que a natureza do estabelecimento de ensino não apresenta globalmente grande diferença nos resultados das expectativas dos estudantes. Note-se que, quanto aos estudantes que não pretendem prosseguir estudos, os resultados são mais consideráveis nos CPQ.

A Figura 24 e a Figura 25 apresentam algumas possíveis razões justificativas da intenção de não continuar os estudos, comparando, em cada uma das figuras, a natureza dos estabelecimentos de ensino dos estudantes dos CCH (Figura 24) e dos CPQ (Figura 25). É importante referir que esta questão é de resposta múltipla.

Estudantes dos cursos profissionalmente qualificantes, que não tencionam prosseguir estudos no pós-secundário, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e razões para não continuar a estudar, 2015

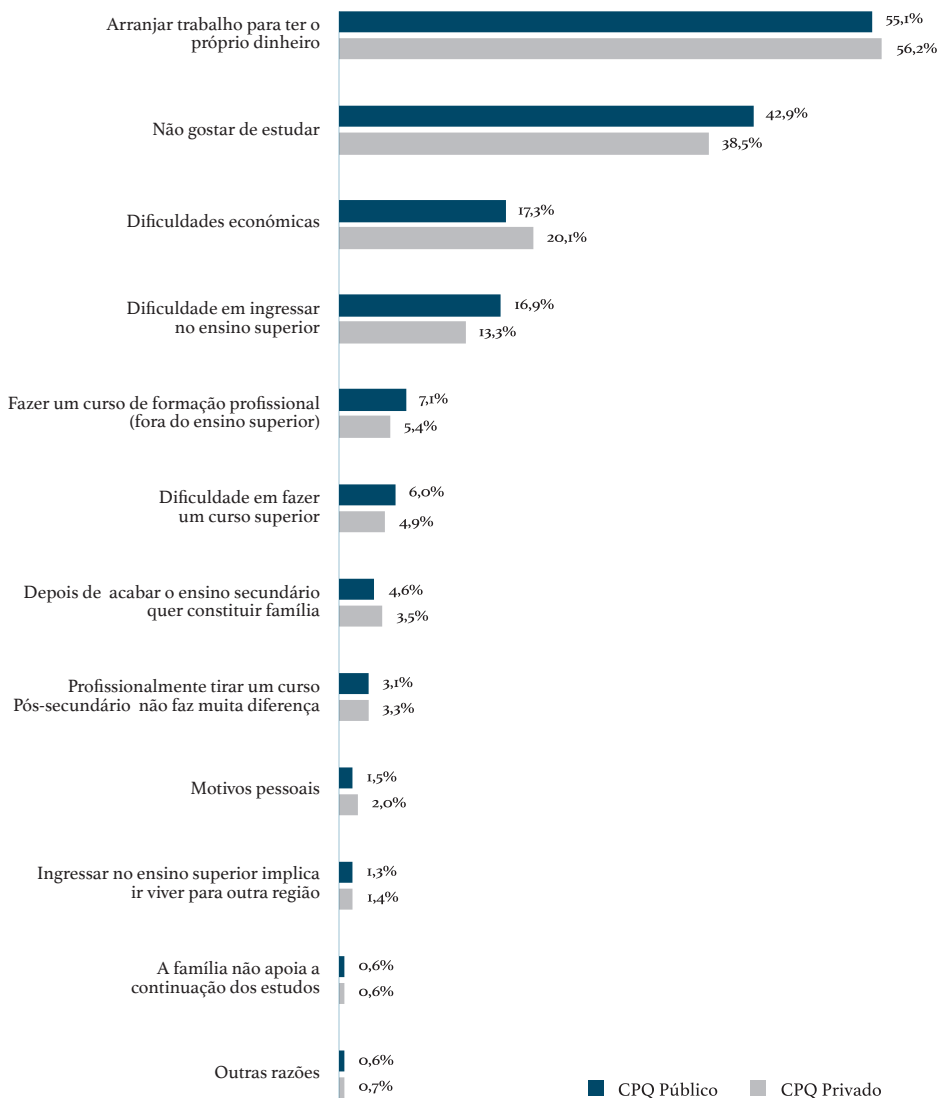


Figura 24 Estudantes dos Cursos Profissionalmente Qualificantes que não tencionam prosseguir estudos no pós-secundário, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e razões para não continuar a estudar. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016.

Estudantes dos cursos científico-humanísticos, que não tencionam prosseguir estudos no pós-secundário, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e razões para não continuar a estudar, 2015

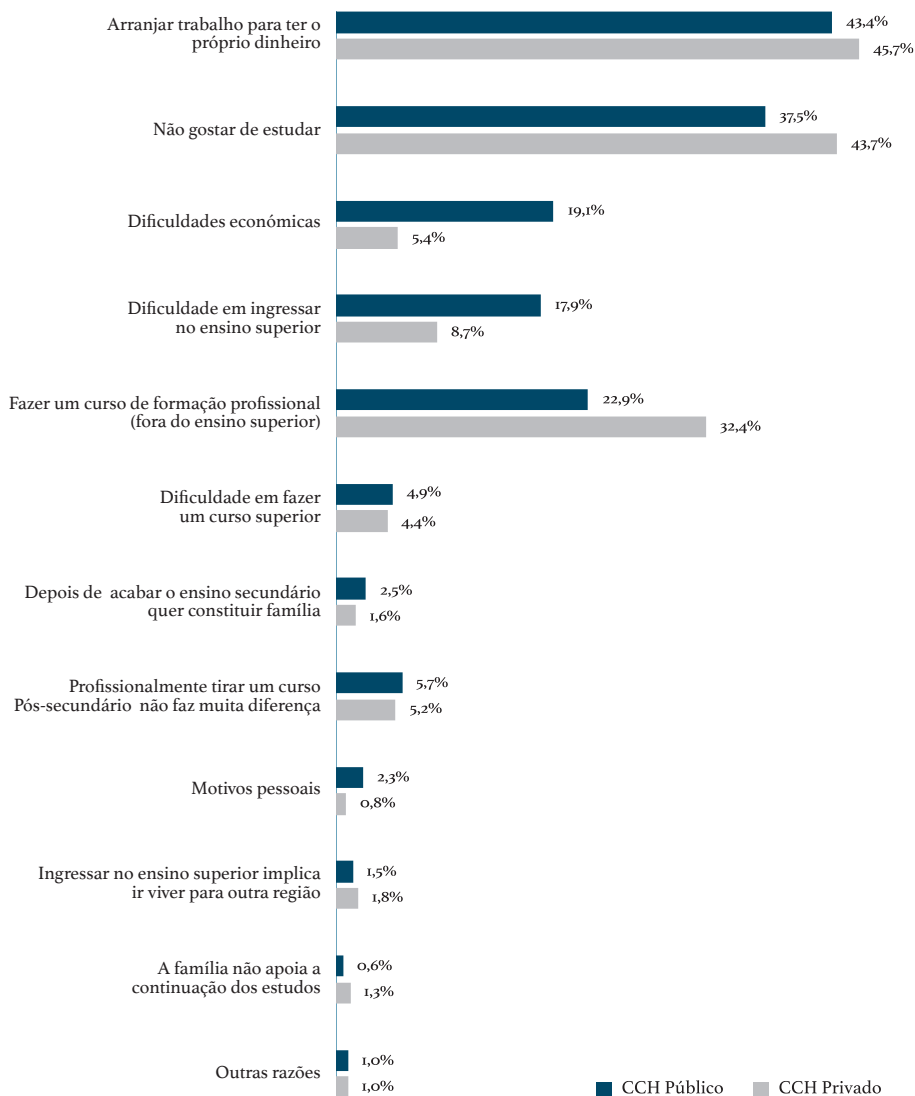


Figura 25 Estudantes dos Cursos Científico-Humanísticos não tencionam prosseguir estudos no pós-secundário, por natureza do estabelecimento de ensino, tipo de certificação e razões para não continuar a estudar. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016.

Verifica-se que, tanto nos CPQ (Figura 24) como nos CCH (Figura 25), a razão com maior respostas dadas para não prosseguirem estudos é “arranjar trabalho para poder ter o próprio dinheiro”, com 43,4% do público e 45,7% do privado nos CCH, e, nos CPQ, com 55,1% no público e 56,2% no privado. Assim, as razões apresentadas para o não prosseguimento dos estudantes para o ensino superior apontam para a existência de um longo caminho a percorrer para promover a oportunidade de prosseguir estudos. Outra razão popular em ambas as tipologias é “não gostar de estudar”, com valores também elevados nos dois tipos de estabelecimentos: nos CCH, com 37,5% e 43,7%, público e privado, respetivamente; nos CPQ, com 42,9% e 38,5%, público e privado, respetivamente. Apesar destas similaridades nas razões justificativas para não prosseguimento de estudos, entre as tipologias de formação e estabelecimento, observa-se na razão “fazer um curso de formação profissional (fora da universidade)” uma diferença de valores relativos às duas tipologias de ensino, sendo a terceira razão mais popular dos CCH e a quinta dos CPQ. Porém, é importante ressaltar que os resultados apresentados são baseados no número de estudantes que efetivamente responderam ao estudo desenvolvido pela DGEEC (52,9% de respostas obtidas) e que serve de base para estas considerações, representando, assim, mais de 80% do total dos inquiridos e não do total de estudantes matriculados à data do mesmo. É necessário, pois, ter em consideração o elevado número dos estudantes que não responderam ao inquérito em questão, facto que pode afetar os resultados obtidos.

Em contraponto com o mencionado acima, pode analisar-se a Figura 26 e observar-se a formação esperada no pós-secundário naqueles que pretendem prosseguir estudos. Assim, transversalmente a todas as ofertas de educação e formação, a maioria dos estudantes em cada uma espera ingressar na universidade.

Estudantes que pretendem prosseguir estudos no pós-secundário, por oferta de educação e formação frequentada e formação esperada no pós-secundário, 2015

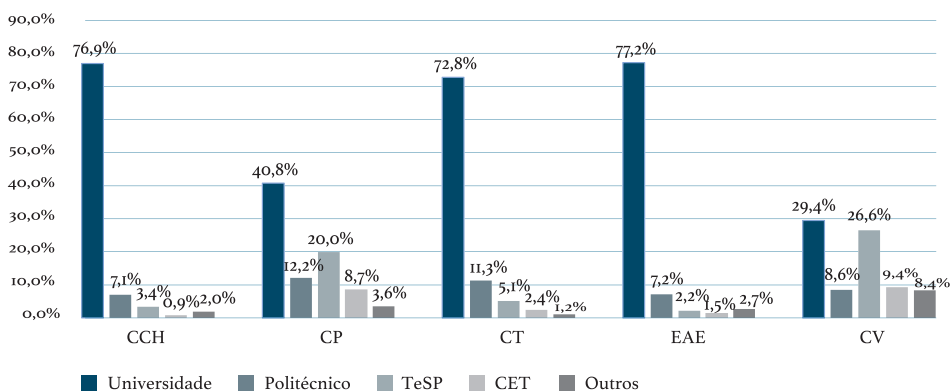


Figura 26 Estudantes que pretendem prosseguir estudos no pós-secundário, por oferta de educação e formação frequentada e formação esperada no pós-secundário, 2015. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016.

A maior percentagem de estudantes que esperam ingressar na universidade são dos cursos científico-humanísticos (76,9%) e do ensino artístico especializado (77,2%). Este resultado deve-se ao facto de os CCH serem naturalmente orientados para a progressão de estudos. Por outro lado, a grande maioria dos estudantes do EAE têm como objetivo, supõe-se, exercer uma profissão associada à área artística, o que implica, na maior parte dos casos, uma especialização a nível superior. Para que tal aconteça, torna-se necessário o ingresso numa Licenciatura nesta área, sendo que não existe oferta formativa de nível pós-secundário ou superior não conferente de grau especificamente direccionada para a mesma. É ainda relevante salientar, a título de exemplo, que os estudantes dos EAE que pretendam enveredar por uma carreira no ensino artístico têm obrigatoriamente de ser graduados de nível superior.

Por outro lado, os estudantes que pretendem ingressar no ensino politécnico em todas as ofertas de educação e formação frequentadas variam nos mesmos valores, entre 7% e 12%. Já para os estudantes que pretendem ingressar num TESP ou num CET, são mais relevantes os resultados dos cursos vocacionais e cursos profissionais (Figura 26), o que revela a intenção de dar continuidade ao estudo mais especializado dos cursos que já frequentam.

Tomou-se também em consideração os estudantes por tipo de certificação e área de estudo ou formação pós-secundária que pretendem prosseguir estudos. Verifica-se, através da Figura 27, que os estudantes dos CPQ têm como principais áreas a prosseguir: Ciências Sociais, Comércio e Direito, e Saúde e Protecção Social. Já os estudantes dos CCH pretendem seguir Engenharias, Indústria Transformadoras e Construção. Relativamente a esta última área, verifica-se o oposto nos CPQ, ou seja, uma percentagem baixa de alunos pretende prosseguir estudos nesta área. Esta constatação pode advir do facto dos estudantes não terem os conhecimentos básicos que precisam para os frequentarem. Contudo é importante frisar que ¼ dos estudantes responderam “não sabe”, em ambas as tipologias de formação.

Estudantes que pretendem prosseguir estudos no pós-secundário, por tipo de certificação e área de estudo ou formação pós-secundária

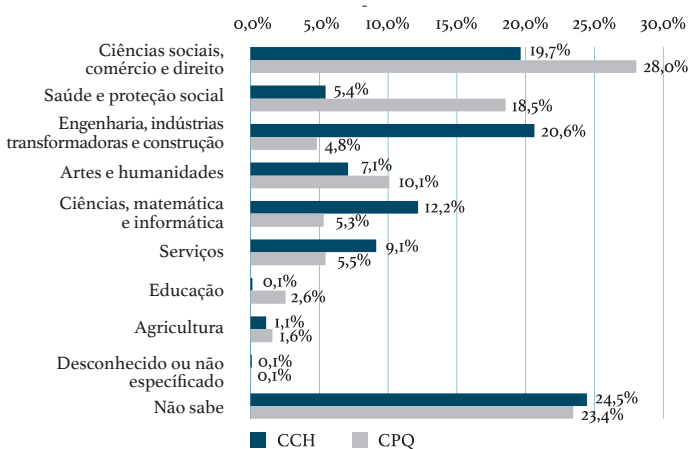


Figura 27 Estudantes que pretendem prosseguir estudos no pós-secundário, por tipo de certificação e área de estudo ou formação pós-secundária, 2015. Fonte: Adaptado de DGEEC, Estudantes à Saída do Secundário 2015/2016.

Os estudantes dos CPQ e dos CCH que não sabem que área seguir representam quase 1/3 do total, o que se considera um alerta para reflexões posteriores. Para além disso, importa referir mais uma vez que estes dados são baseados apenas nas respostas obtidas, que podem não ser representativas da realidade. A Tabela 2 mostra os estudantes que frequentam formação pós-secundária e as razões que os levaram a frequentarem a mesma. Atenemos particularmente aos CET e aos CTeSP, no que respeita às razões que levam os estudantes destes cursos a escolherem esta formação. Destaca-se como justificações para a escolha destes cursos o facto de permitirem desempenhar a profissão desejada e o facto de estes tipos de formação oferecerem boas oportunidades de emprego, segundo os estudantes.

Para além das razões anteriormente enunciadas, os estudantes dos outros tipos de formação também justificam a escolha dos cursos o facto de estes serem “o que gostam de estudar”.

Razão para a escolha do curso ou formação	Curso Universitário	Curso Politécnico	Curso TeSP	CET - Pós-Secundário	CEF - Tipo 7	Outro tipo de formação
Permite desempenhar a profissão pretendida	45,0%	42,7%	36,7%	32,2%	49,4%	40,7%
O que gosta de estudar	44,8%	34,3%	27,3%	25,2%	32,4%	25,8%
Oferece boas oportunidades de emprego	30,1%	35,4%	47,8%	42,1%	43,5%	40,2%
Com qualidade	25,2%	21,9%	18,8%	23,8%	18,0%	21,5%
Com muito prestígio	14,8%	9,1%	8,7%	11,7%	5,8%	7,4%
Muito prático	6,5%	16,4%	15,1%	16,5%	6,8%	9,7%
Não existir outro curso que gostasse	5,0%	4,0%	2,9%	3,0%	3,3%	5,5%
Não existir dificuldade em entrar no curso	3,6%	6,8%	5,1%	4,7%	3,2%	3,6%
Conhecer pessoas que são dessa área	2,5%	3,6%	4,9%	5,9%	4,6%	5,9%
Aconselhado por um professor	0,7%	0,6%	1,8%	2,6%	1,3%	4,3%
Ser essencialmente teórico	0,8%	0,3%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%
O que a família gostava que seguisse	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,0%	0,8%
O único que existia na área de residência	0,2%	0,7%	1,2%	1,3%	0,8%	0,2%
Outra razão	1,6%	1,9%	4,2%	2,8%	0,0%	10,5%
NS / NR	4,1%	5,4%	8,4%	8,5%	15,8%	3,2%

Tabela 2 Jovens, por formação frequentada e razões para a escolha do curso ou formação, 2017. Fonte: DGEEC, OTES: Jovens no Pós-Secundário 2017.

Ao nível do sistema de ensino superior, os trajetos profissionalizantes centram-se nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP). Vejamos, na Figura 28, a evolução dos alunos matriculados no ensino superior nos períodos letivos de 2014 a 2017, por nível de ensino. Através da análise da figura, relativa ao número de estudantes matriculados no ensino superior, pode ver-se que o peso dos estudantes de Cursos Técnicos Superiores Profissionais aumentou 2,95 pontos percentuais de 2014 a 2017.

Evolução dos estudantes matriculados/inscritos no ensino superior, por nível de ensino

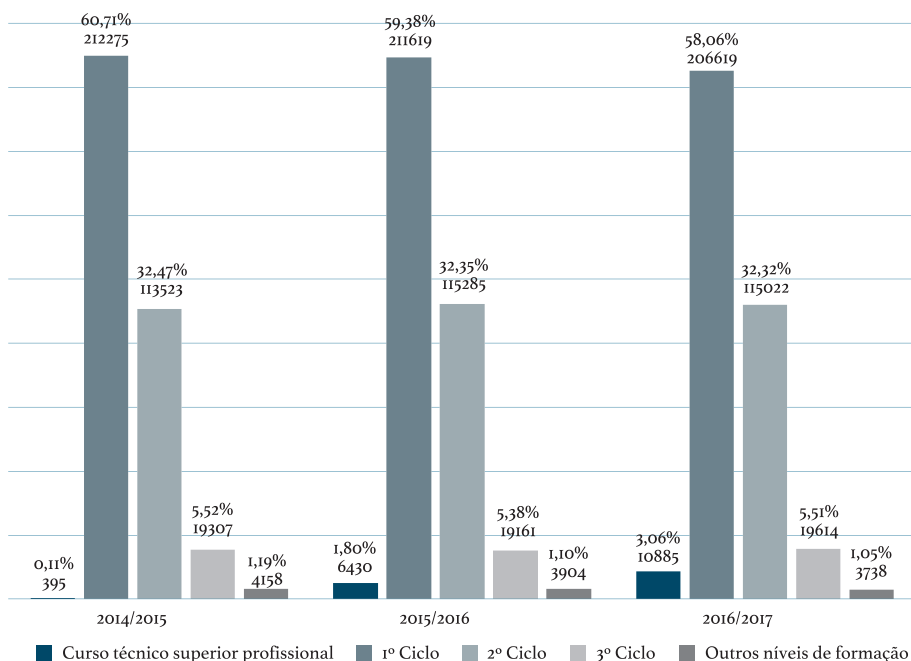


Figura 28 Evolução dos estudantes matriculados/inscritos no ensino superior, por nível de ensino. Fonte: Adaptado de DGEEC: Indicadores gerais da Educação. Atualizado em outubro de 2018.

Deste modo, conclui-se neste subcapítulo que, no que diz respeito à opção pelo ensino e formação profissional, um dos fatores mais decisivos na escolha deste tipo de percursos, por parte dos estudantes, está relacionado com questões associadas à procura por formação que permita a inserção no mercado de trabalho, de forma mais qualificada. Por este motivo, é também pertinente a análise de dados relativos à temática da empregabilidade, aspeto que passaremos a analisar seguidamente.

4.3. Empregabilidade dos estudantes de ensino e formação profissional

Segundo a Comunicação da Comissão Europeia 2020 (2010), um dos objetivos a atingir em 2020 é a taxa de emprego de 75%, através da promoção de um crescimento económico inteligente, sustentável e inclusivo pelo conhecimento e inovação. Com base neste objetivo, podemos constatar que, no último estudo a nível Europeu, em 2016, a taxa de empregabilidade dos estudantes do ensino e formação profissional, em particular, estaria num caminho positivo. Como a Figura 29 demonstra, nesse ano, a taxa de empregabilidade dos estudantes graduados do ensino e formação profissional níveis III e IV, na faixa etária dos 20-34 anos, nos países que disponibilizaram dados, é, à exceção da Grécia, igual ou superior a 60%. Em destaque, Malta e Islândia contam com mais de 90% de empregabilidade dos estudantes graduados nestas tipologias de oferta formativa na faixa etária referida.

Taxa de empregabilidade (%) para os graduados do Ensino e Formação Profissional (20-34 anos), 2016

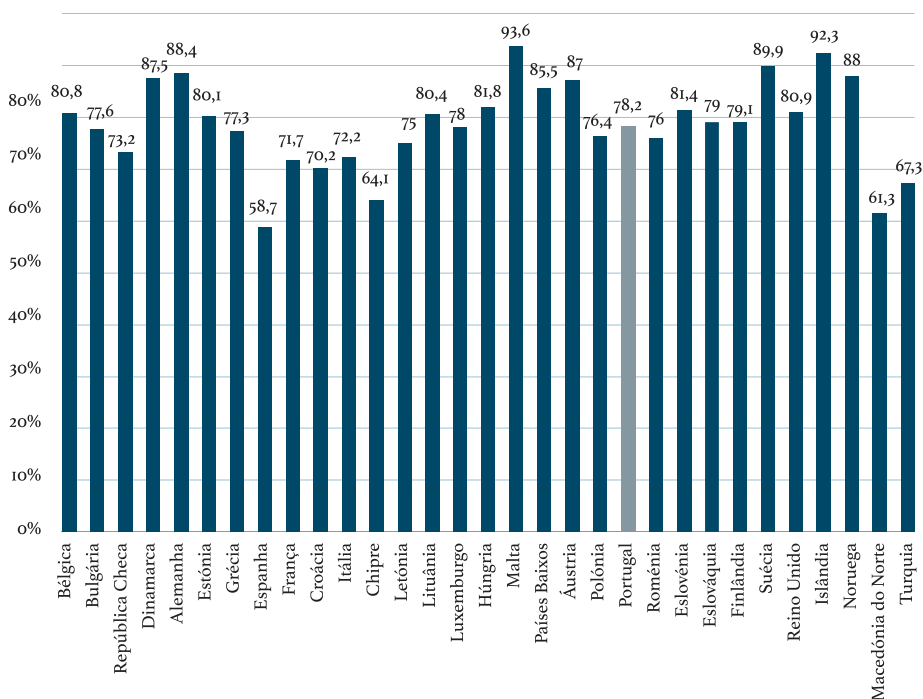


Figura 29 Taxa de empregabilidade dos graduados do Ensino e Formação Profissional na faixa etária dos 20-34, 2016. Fonte: Adaptado CEDEFOP (2017), baseado em dados Eurostat, LFS.

Portugal apresenta uma taxa de empregabilidade de quase 80%, estando razoavelmente bem posicionado face aos restantes. É pertinente salientar que, em cada país, apesar das suas distintas políticas educativas, económicas e sociais, o tecido empresarial tem autonomia para se envolver com as escolas de ensino profissional, quer seja a receber alunos para formação em contexto de trabalho, quer seja para dar oportunidade de emprego aos estudantes graduados.

Voltando a atenção para a realidade portuguesa, ao relacionar-se a atividade atual dos jovens oriundos dos cursos científico-humanísticos e de cursos profissionalmente qualificantes com o nível de escolaridade dominante da família (Figura 30), os jovens dos CPQ, independentemente do nível de escolaridade dominante da família, são os que apresentam na resposta “trabalha” percentagens mais elevadas. Em contrapartida, os do CCH apresentam valores mais elevados na resposta “estuda”, independentemente do nível de escolaridade dominante na família. Verifica-se ainda que os jovens com o nível de Ensino Superior dominante na família, nos CCH, são os que mais se encontram a estudar (91,2%).

Jovens por tipo de certificação, nível de escolaridade dominante na família e atividade atual

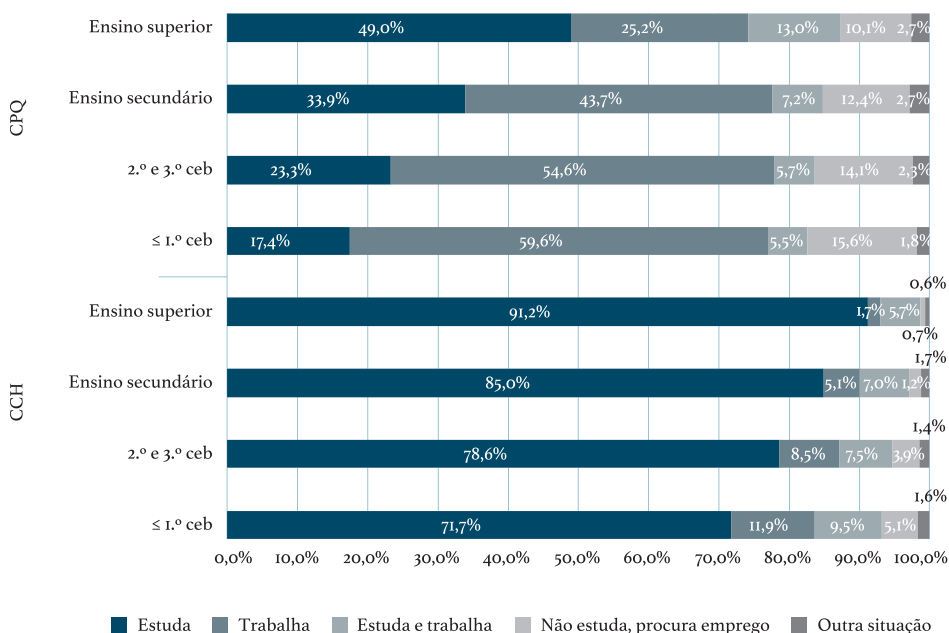


Figura 30 Jovens, por tipo de certificação, nível de escolaridade dominante na família e atividade atual, 2017. Fonte: DGEEC, OTES: Jovens no Pós-Secundário 2017.

Constata-se uma relação entre o nível de escolaridade dominante da família com a situação atual dos respondentes, ou seja, quanto mais elevado o nível de habilitações literárias da família, maior será a percentagem de jovens que prosseguem estudos, em ambas as tipologias. Pode também afirmar-se que os dados comprovam a natureza dos dois tipos de certificação: por um lado, os CCH com mais jovens que prosseguem estudos, por ser um tipo de certificação orientada para essa mesma vertente, e, por outro lado, os CPQ com mais jovens que trabalham, por serem cursos que preparam para uma profissão ou ofício.

Outro fator relevante em ambos os tipos de certificação é o momento de inserção profissional após o término do curso (Figura 31). É importante referir que esta análise se baseia em 22,7% de respondentes dos cursos científico-humanísticos e 42,1% de respondentes dos cursos profissionalmente qualificantes. Verifica-se que a percentagem dos estudantes que se inserem no mercado de trabalho antes de terminarem o curso científico-humanístico (64,8%) é superior à dos jovens dos CPQ (14,2%). Estes últimos inserem-se no mercado de trabalho, na maior parte dos casos, imediatamente após o final do curso.

Considera-se, no entanto, através da Figura 31, que o género dos jovens não influencia o momento de inserção profissional em ambos os tipos de certificação, pois a diferença entre eles não é substancial. Importa referir que o limitado número de respondentes pode condicionar este tipo de conclusões.

Ao mesmo tempo que a percentagem de jovens que se inserem no mercado de trabalho imediatamente após o curso é muito maior nos CPQ (47,9%), também a percentagem de jovens que registam seis meses ou mais após o final do curso (37,9%), para se inserirem no mesmo é maior do que os jovens dos CCH.

Jovens por tipo de certificação e momento de inserção profissional nos últimos 14 meses, 2017

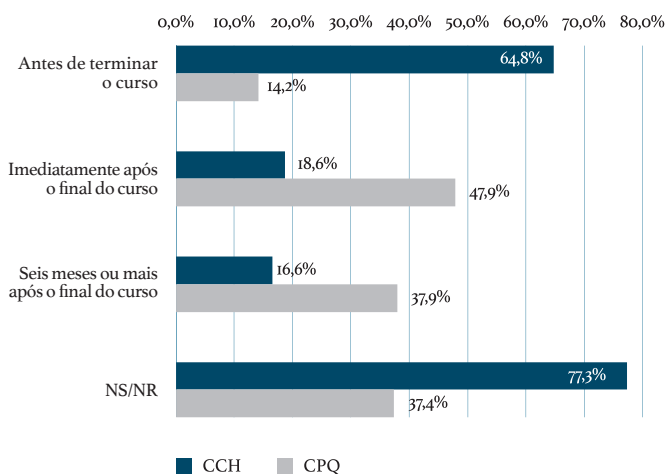


Figura 31 Jovens, por tipo de certificação e momento de inserção profissional nos últimos 14 meses, 2017. Fonte: DGEEC, OTES: Jovens no Pós-Secundário 2017.

Relativamente aos jovens que prosseguem estudos pós-secundários, e focando a presente abordagem nos CET e CTESP, verifica-se que a percentagem de jovens que ingressam no mercado de trabalho antes de terminar o curso nestes níveis de formação é inferior em mais de 22 pontos percentuais face aos jovens provenientes dos cursos universitários e politécnicos (Figura 32). Realça-se novamente a percentagem de não respondentes, que representa aqui também a maioria. Em contraste, vemos que o oposto acontece no que se refere aos jovens que ingressam no mercado de trabalho imediatamente após o término do curso: a percentagem de jovens dos CTESP (36%) e CET (39%) é maior do que a dos jovens provenientes dos cursos universitários (14%) e politécnicos (15%), representando mais de o dobro.

Jovens por formação frequentada e momento de inserção profissional nos últimos 14 meses, 2017

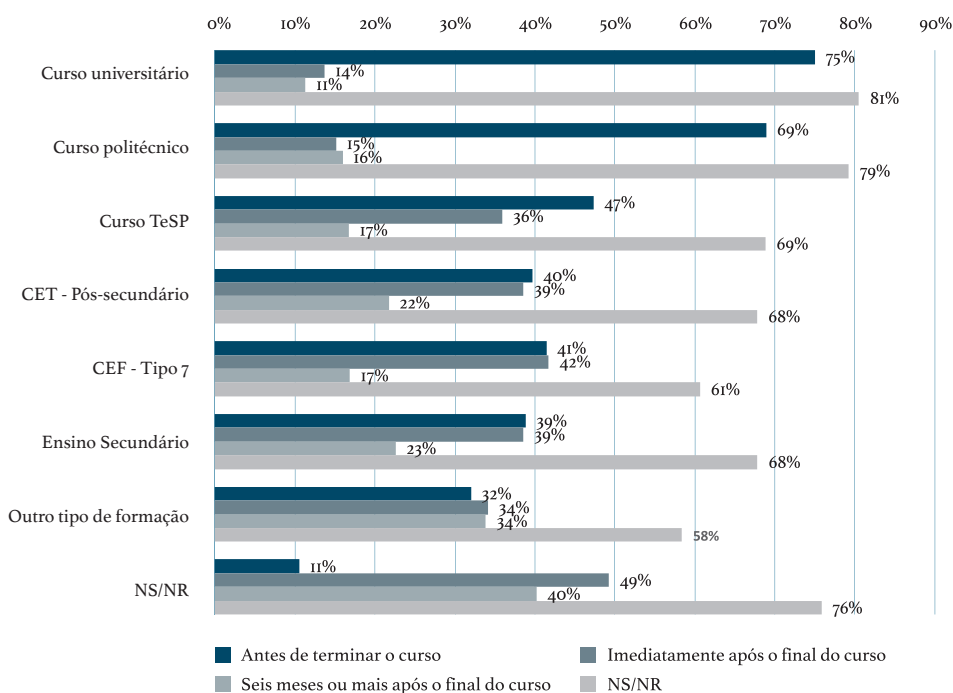


Figura 32 Percentagem de Jovens, por formação frequentada e momento de inserção profissional nos últimos 14 meses, em 2017. Fonte: DGEEC, OTES: Jovens no Pós-Secundário 2017.

Apesar da já salientada grande percentagem de não respondentes, pode verificar-se que a preparação dos estudantes dos cursos TeSP e CET para a inserção no mercado de trabalho é superior à dos cursos universitários e politécnicos, pois tanto imediatamente à conclusão do curso como após seis meses, os jovens representados conseguem inserir-se no mercado de trabalho. Este facto poderá eventualmente estar relacionado com a própria estrutura e organização dos cursos e à realização de estágios curriculares.

Por outro lado, focando novamente a atenção apenas nos cursos profissionais, a nível do ensino secundário, a Tabela 3 mostra, no ano de 2017, a atividade atual dos estudantes por área de formação. É importante referir que mais de metade dos estudantes não responderam. Ainda se note também que se constata na figura o peso da atividade atual em cada área de educação e formação. Verifica-se que as áreas de educação e formação em que existe uma maior percentagem de pessoas a trabalhar são: Reparação de Veículos a Motor (70,7%), Artesanato (70,6%) e Serviços de Transporte (69,3%).

No caso das Ciências Informáticas, verifica-se valores muito próximos, tanto dos jovens que prosseguiram estudos (36,6%), como dos jovens que estão empregados (40,9%). Esta aproximação observa-se também na área de formação de Produção Agrícola e Animal, no Design, Indústrias Alimentares e Proteção de Bens e Pessoas. Este facto poderá levar-nos a crer que determinadas áreas de formação, ainda que associadas ao ensino profissional e orientadas para a inserção no mercado de trabalho, poderão ser também fortes vias para o prosseguimento de estudos.

Quanto aos estudantes que estudam e trabalham, regista-se uma maior percentagem na área de Artes do Espetáculo (18%), seguida das áreas de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (17,4%) e Ciências Dentárias (15,2%). Em relação aos jovens que não prosseguiram estudos mas se encontram à procura de emprego, a área de formação de história e arqueologia evidencia-se com 72,2%, seguida das áreas de proteção de pessoas e bens (36,5%) e direito com (31,7%).

Tendo em conta a percentagem de estudantes que conclui cada área de educação e formação, será importante analisar futuramente se os cursos profissionais existentes, por região, fazem face às necessidades do tecido empresarial do mesmo local.

Área de educação e formação frequentada durante o ensino secundário	Estuda	Trabalha	Estuda e Trabalha	Não estuda, procura emprego	Outra situação
Ciências informáticas	36,6%	40,9%	9,3%	10,6%	2,7%
Hotelaria e restauração	15,4%	62,7%	4,5%	16,2%	1,3%
Turismo e lazer	25,4%	54,2%	5,3%	13,4%	1,7%
Audiovisuais e produção dos media	25,6%	50,8%	4,9%	15,9%	2,8%
Eletrónica e automação	29,8%	50,1%	6,2%	11,5%	2,6%
Saúde - programas não classificados noutra área de formação	23,3%	55,5%	6,6%	13,2%	1,6%
Marketing e publicidade	22,6%	50,5%	5,8%	18,7%	2,6%
Desporto	26,7%	49,7%	8,1%	11,4%	4,1%
Comércio	17,5%	58,1%	5,3%	18,2%	0,8%
Trabalho social e orientação	21,2%	55,8%	6,5%	14,3%	2,3%
Eletricidade e energia	20,4%	61,1%	6,0%	10,6%	1,8%
Gestão e administração	25,8%	51,2%	10,9%	10,0%	1,9%
Metalurgia e metalomecânica	24,1%	61,1%	3,8%	7,6%	3,3%
Serviços de apoio a crianças e jovens	27,2%	43,3%	8,7%	15,7%	5,3%
Produção agrícola e animal	34,1%	49,0%	12,0%	4,1%	0,8%
Tecnologia dos processos químicos	31,3%	46,5%	4,0%	15,2%	2,8%
Artes do espetáculo	52,6%	19,3%	18,0%	5,9%	4,6%
Design	34,6%	34,6%	10,6%	17,2%	3,1%
Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro	27,3%	50,1%	9,9%	11,8%	-
Construção e reparação de veículos a motor	12,4%	70,7%	3,0%	10,7%	3,6%

Área de educação e formação frequentada durante o ensino secundário	Estuda	Trabalha	Estuda e Trabalha	Não estuda, procura emprego	Outra situação
Secretariado e trabalho administrativo	22,8%	48,0%	7,5%	20,4%	1,7%
Indústrias alimentares	34,0%	43,8%	1,2%	19,9%	1,2%
Contabilidade e fiscalidade	21,5%	53,5%	4,8%	18,9%	1,3%
Proteção do ambiente	29,1%	45,8%	6,9%	17,2%	1,5%
Segurança e higiene no trabalho	20,0%	59,0%	7,6%	12,4%	-
Proteção de pessoas e bens	29,4%	34,1%	-	36,5%	-
Serviços de transporte	13,3%	69,3%	13,3%	-	4,0%
Tecnologias de diagnóstico e terapêutica	4,3%	59,4%	17,4%	18,8%	-
Ciências dentárias	15,2%	47,0%	15,2%	16,7%	4,5%
Direito	16,7%	41,7%	10,0%	31,7%	-
Finanças, banca e seguros	18,9%	60,4%	9,4%	11,3%	-
Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)	42,9%	-	-	25,0%	35,7%
Floricultura e jardinagem	80,8%	-	-	-	-
Construção civil e engenharia civil	81,8%	9,1%	-	13,6%	-
História e arqueologia	0,0%	27,8%	0,0%	72,2%	0,0%
Artesanato	0,0%	70,6%	-	35,3%	-

Tabela 3 Jovens dos Cursos Profissionais que acabaram o secundário, por área de educação e formação e por atividade atual, 2017. Fonte: DGEEC, OTES: Jovens no Pós-Secundário 2017.

Observe-se, pois, na Tabela 4, os cursos profissionais existentes para o ciclo de formação 2018-2021, por designação de Área de Educação e Formação (AEF), e por NUTS II. Os dados utilizados na referida tabela apresentam-se no Anexo I do presente relatório, para consulta mais aprofundada.

Constata-se, através da intensidade da cor vermelha, o número de cursos por designação AEF em cada região na NUTS II.

Pode observar-se, a partir da mancha a vermelho associada a cada região, quais são os cursos existentes em maior número. Verifica-se, assim, que existe uma visível uniformidade pelas várias regiões em que aparecem distribuídas as ofertas formativas em maior número. Destacam-se, neste ponto, os exemplos das áreas das Ciências Informáticas e da Hotelaria e Restauração, seguidas de Audiovisuais e Produção dos Média e de Turismo e Lazer. É igualmente de salientar a distribuição de algumas áreas de formação por determinadas regiões, como são os casos da Eletrónica e Automação na NUTS II Norte ou a Produção Agrícola e Animal na NUTS II Alentejo.

Conclui-se, deste modo, que a distribuição da oferta formativa dos cursos profissionais poderá ter em consideração as necessidades da região na qual os mesmos estão inseridos. No entanto, esta é uma conclusão preliminar que carece de um estudo mais aprofundado que tenha em consideração também outros fatores, como as necessidades do tecido empresarial.

Designação AEF	Alentejo	Algarve	Norte	Lisboa	Centro	Total
Artes do espetáculo	3	5	25	18	18	69
Audiovisuais e Produção dos Media	11	10	80	49	45	195
Design	0	1	7	3	5	16
Artesanato	0	0	0	1	0	1
História e Arqueologia	0	0	1	1	0	2
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0	0	0	0	0	0
Comércio	7	3	56	34	31	131
Marketing e Publicidade	3	3	13	19	14	52
Finanças, Banca e Seguros	0	0	0	1	1	2
Contabilidade e Fiscalidade	0	0	5	2	1	8
Gestão e Administração	3	1	9	15	15	43
Secretariado e Trabalho, Administrativo	0	3	10	6	2	21
Enquadramento na Organização/Empresa	0	0	2	0	0	2
Direito	0	0	2	1	3	6
Ciências Informáticas	16	13	94	81	71	275
Metalurgia e Metalomecânica	8	3	18	2	37	68
Eletricidade e Energia	9	3	19	6	9	46
Eletrónica e Automação	2	3	61	22	33	121
Tecnologia dos Processos Químicos	3	1	4	5	8	21
Construção e Reparação de Veículos a Motor	3	2	19	15	24	63
Indústrias Alimentares	3	1	3	1	3	11
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	0	0	12	2	3	17

Designação AEF	Alentejo	Algarve	Norte	Lisboa	Centro	Total
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	0	0	2	0	2	4
Indústrias Extrativas	0	0	0	0	0	0
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	0	0	0
Construção Civil e Engenharia Civil	0	0	0	1	1	2
Produção Agrícola e Animal	13	0	10	4	11	38
Silvicultura e Caça	0	0	0	0	1	1
Pescas	0	0	0	0	0	0
Ciências Dentárias	0	0	2	0	1	3
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	0	0	0	2	0	2
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	13	5	55	22	30	125
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	8	8	11	31	17	75
Trabalho Social e Orientação	10	3	24	18	26	81
Hotelaria e Restauração	22	16	90	46	76	250
Turismo e Lazer	9	13	62	66	34	184
Desporto	11	10	37	40	51	149
Serviços Domésticos	0	0	0	0	0	0
Cuidados de Beleza	1	1	11	2	11	26
Serviços de Transporte	0	0	0	3	0	3
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	0	0	0	2	0	2
Proteção de Pessoas e Bens	1	4	2	2	1	10
Segurança e Higiene no Trabalho	1	0	0	1	1	3

Tabela 4 Lista da designação dos códigos AEF dos cursos profissionais, por NUTS II, oferta formativa de 2018-2021. Fonte: Adaptado de Rede de Oferta Formativa, DGeSTE, 2018.

CONCLUSÃO

O presente relatório, tal como referido inicialmente, foi elaborado tendo como principal foco caracterizar o ensino e formação profissional em Portugal, quer no que diz respeito à oferta formativa, quer aos estudantes que frequentam esta vertente de formação. Os seus objetivos específicos estão, pois, relacionados com a sistematização de dados estatísticos nacionais e internacionais disponíveis sobre o ensino profissional, provenientes de vários organismos, bem como com a caracterização da oferta formativa profissional em Portugal e a identificação de lacunas na informação sobre esta temática. Para tal, foi adotada uma metodologia descritiva, compreendendo quer dados quantitativos disponibilizados por várias entidades creditadas, quer a consideração de outros estudos, nomeadamente científicos, cujos contributos apresentem pistas sobre a situação e características do ensino profissional em Portugal.

Os dados estatísticos nacionais e internacionais apresentados foram sistematizados através de informação disponibilizada por organismos creditados: DGEEC, DGES, DGERT, ANQEP, CEDEFOP, OCDE e Eurostat. Recorrendo a esta sistematização, foi elaborada a caracterização da oferta formativa a nível profissional e dos estudantes associados à mesma. Para tal, foram selecionados os dados a analisar, partindo de informação dispersa facultada pelas referidas entidades e explorando-os, tendo em consideração o âmbito e os objetivos do relatório em questão.

Principais resultados

Verifica-se, atualmente, um crescimento do Ensino Profissional em Portugal, aproximando o país da média europeia. Esta vertente de ensino, como alternativa ao ensino formal, é valorizada pelo seu objetivo essencial de preparação para a vida ativa e inserção no mercado de trabalho de profissionais qualificados, não invalidando a possibilidade de prosseguimento de estudos.

É visível uma tendência crescente de valorização do “saber-fazer”, não só no que diz respeito ao ensino secundário como também à oferta formativa pós-secundária e ao ensino superior. O caráter prático e profissionalizante é cada vez mais privilegiado, inclusive no ensino universitário e politécnico. As Licenciaturas e Mestrados com estágio integrado são uma realidade cada vez mais procurada pelos estudantes. Ao nível do terceiro ciclo, verifica-se também a tendência para a aplicação prática do conhecimento tradicionalmente académico do Doutoramento, nomeadamente, através da concretização de projetos relacionados com a área científica em estudo.

No entanto, o estudo comprova a existência de uma determinada representação social pejorativa associada ao Ensino Profissional, dado que este é visto como sendo de menor qualidade. Poderemos concluir que o preconceito associado ao mesmo, relacionado com a imagem de desvalorização como percurso formativo, está ainda associado à origem socioeconómica da maioria dos alunos. Segundo a OCDE (2018, p. 146), as escolas secundárias que registam uma população estudantil originária de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos contabilizam um maior número de alunos no percurso profissionalizante (47% do total de alunos, em média), em comparação com os dados relativos a escolas secundárias associadas a contextos mais favorecidos (apenas 22%, em média). O estudo desenvolvido sistematiza esta informação, mostrando, a partir de dados de 2015, que a percentagem de estudantes oriundos de famílias cujos elementos são, por exemplo, quadros superiores, dirigentes ou especialistas de profissões intelectuais, é maior no caso dos cursos científico-humanísticos. Por outro lado, os estudantes que frequentam os cursos profissionalmente qualificantes são maioritariamente originários de contextos socioeconómicos associados a profissões como operários, agricultores e trabalhadores não qualificados. Considera-se, portanto, que o contexto sociocultural e económico familiar condiciona a opção pela via académica ou pela via profissionalizante dos estudos.

Para além disso, a distribuição da oferta formativa poderá ser também fator de agravamento de desigualdades sociais. Consta-se que a mesma se concentra nas regiões de maior densidade populacional, por exemplo do Norte e Centro do país, pressupondo-se que tal tem em consideração as necessidades da economia e do mercado de trabalho. No entanto, o acesso limitado a determinadas áreas de formação em algumas regiões condiciona as opções dos estudantes, agravando desigualdades sociais no acesso à educação em igualdade de oportunidades, devido a estes constrangimentos de distribuição geográfica da oferta formativa.

Ainda assim, o ensino e a formação profissional são globalmente tidos como uma via de acesso a uma melhoria na qualidade de vida decorrente de uma qualificação profissional mais elevada. Algumas das tipologias de oferta formativa mostram-se como formas de combate ao abandono escolar e, conseqüentemente, à exclusão social por falta de habilitações académicas e qualificações profissionais. Deste modo, é notória a relevância social desta vertente de ensino, como forma facilitadora da equidade, da justiça e da inclusão social. Para além da dimensão económica, o ensino profissional tem também uma dimensão social, apresentando benefícios nas duas vertentes. Por este motivo, apresenta objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e social, influenciando as políticas públicas e educativas.

Limitações do estudo

Apesar dos esforços das entidades acreditadas que regulam os cursos do ensino e formação profissional, há ainda um longo caminho a percorrer. A pesquisa e análise efetuadas realçaram a dispersão de dados e análises estatísticas, evidenciando a falta de organização e sistematização da informação disponível. A título de exemplo, é de referir que Portugal, ao que se pôde apurar, não consta na lista de países envolvidos na última revisão da OCDE, em 2015, sobre o ensino e formação profissional. Verificou-se também a falta de dados estatísticos disponíveis relativos à empregabilidade e inserção no mercado de trabalho, nomeadamente de jovens profissionalmente qualificados e certificados, informação que se considera de grande relevância para estudos futuros.

Ainda no que concerne a este ponto, é de salientar o constrangimento da falta de representatividade dos estudos utilizados para a elaboração do presente relatório, desenvolvidos por entidades oficiais como, por exemplo, a DGEEC. A insuficiência de dados estatísticos verificada é agravada pelo facto de se registarem baixas taxas de resposta, que poderão não representar a realidade total do universo estudado. É necessário ter em consideração que, por exemplo, alguns questionários são aplicados através de formulários online recebidos pelos estudantes através de endereço eletrónico, o que poderá limitar a taxa de resposta.

Constatou-se igualmente a falta de atualização da informação relativa a enquadramentos legais e descrição das tipologias, inclusive em organismos oficiais. Esta desatualização é visível, por exemplo, no que diz respeito aos cursos vocacionais que, apesar de terem vindo a ser extintos desde 2017, continuam a aparecer na oferta formativa da DGESTE. Esta entidade faculta também listas de oferta formativa, mas não é possível aferir, de forma prática, a distribuição de áreas formativas por áreas geográficas. Estes são alguns constrangimentos verificados na elaboração do presente estudo que se revelam também fatores condicionantes da valorização do ensino profissional em Portugal.

Um outro constrangimento associado ao ensino e formação profissional está relacionado com a diversidade de terminologias e nomenclaturas associadas à temática. Verifica-se, assim, a necessidade de definir e uniformizar conceitos utilizados, nomeadamente no que se refere às tipologias de oferta formativa que se consideram ensino e formação profissional. Este facto revelou-se limitador do desenvolvimento do presente relatório, dado que, para além da falta de informação disponível, anteriormente mencionada, por vezes os dados disponíveis não apresentam com clareza a que tipologia se referem concretamente. Considera-se, pois, necessária a uniformização conceptual pelas várias entidades, legalmente enquadrada, de forma a clarificar as terminologias utilizadas.

Sugestões para estudos futuros

O presente estudo oferece uma sistematização importante para aqueles que pretendam continuar a estudar o ensino e formação profissional em Portugal, ao descrever a informação possível com base nos dados secundários disponíveis. Um dos principais caminhos para investigação futura passa, contudo, pela complexificação da análise, que só é possível com dados desagregados. Referimo-nos, em concreto, da necessidade de testar hipóteses (de correlação ou causais) devidamente suportadas em contributos teóricos, que permitam compreender melhor algumas das variáveis fundamentais associadas a este tema, como sejam os indicadores de sucesso e insucesso desta tipologia de ensino (taxa de conclusão, abandono escolar, empregabilidade, entre outros). De facto, os dados disponíveis incluem algumas variáveis que, aparentemente, são associadas quer à opção por esta tipologia de ensino, quer, eventualmente, ao seu sucesso, como sejam as características sociodemográficas dos estudantes. Claramente, a aferição do sucesso do EFP não pode ser limitada à taxa de conclusão, mas deve compreender, também, o que acontece a essa conclusão, seja empregabilidade, seja a continuação de estudos. Por outro lado, é essencial identificar e avaliar os fatores explicativos do sucesso, em cada um dos casos, quer testando a importância dos referidos fatores sociodemográficos que são habitualmente incluídos nos relatórios das entidades nacionais e internacionais que analisam o ensino, e identificando outros (expectativas, motivações, etc.) que possam ser posteriormente considerados na melhoria contínua a que o sistema de ensino obrigatoriamente está associado.

No que diz respeito a investigações futuras, para além da análise exaustiva da empregabilidade do ensino profissional, considera-se pertinente o estudo da definição da distribuição da oferta formativa, com o objetivo de averiguar a taxa de inserção de diplomados no mercado de trabalho, o grau de satisfação das necessidades das entidades empregadoras e, conseqüentemente, a relação oferta formativa disponível – mercado de trabalho. Salienta-se também a necessidade de analisar aprofundadamente outro percurso cada vez mais tomado pelos estudantes do ensino e formação profissional: o prosseguimento de estudos a nível superior. Assim, é urgente a reflexão sobre o acesso a este nível de ensino por parte dos mesmos, tendo em atenção os constrangimentos a que estão sujeitos por terem enveredado por uma opção formativa que não está teoricamente orientada para este fim. É também de analisar a articulação da vertente profissional entre o ensino secundário e o ensino superior, dado que se verifica a tendência para o aumento de estudantes do EFP a concluírem cursos TeSP ou Licenciaturas e até os ciclos subsequentes.

Considerações finais

A vertente profissionalizante no ensino em Portugal regista uma longa história desde a criação do ensino técnico-profissional na década de 1850. Em 2019 comemoram-se os 30 anos da criação das Escolas Profissionais no país.

Para concluir, e no seguimento das competências defendidas pelas Nações Unidas para a Educação do Futuro, em 2030, citamos o D.L. 55/2018, de 6 de julho, que anuncia que *“a sociedade enfrenta atualmente novos desafios, decorrentes de uma globalização e desenvolvimento tecnológico em aceleração, tendo a escola de preparar os alunos, que serão jovens e adultos em 2030, para empregos ainda não criados, para tecnologias ainda não inventadas, para a resolução de problemas que ainda se desconhecem.”*. Assiste-se, presentemente, a um tempo de mudança que a Educação tem de acompanhar. O ensino profissional dá resposta a esta importância da vertente tecnológica e profissionalizante na educação como preparação para o cidadão do futuro. Urge, assim, investir no desenvolvimento deste percurso formativo e implementar políticas educativas e socioeconómicas que promovam a sua valorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, M.C.; Ferreira, F. (2007). O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal: Descrição sumária, CEDEFOP Panorama Series, 142.

ANQEP (2015), Circular Nº 1/2015. Disponível em: <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/boDocumentos/getDocumentos/522> (acedido a 05/09/2019).

Azevedo, J. (2010), Escolas Profissionais: uma história de sucesso escrita por todos. Revista Formar, nº 72, pp. 25-29.

CEDEFOP- Statistics and Indicators – Disponível em: <http://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/statistics-and-indicators> (acedido a 01/08/2019).

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (2011). The benefits of vocational education and training, European Centre for the Development of Vocational Training, Research Paper nº 10.

Cerqueira, MF; Martins, A.M. (2011). A consolidação da Educação e Formação Profissional na Escola Secundária nos últimos 50 anos em Portugal, Revista Lusófona de Educação, 17, pp 123-145.

Comissão Europeia (2010). Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Comunicação da Comissão. COM (2010) 2020 final. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN>: (acedido a 04/09/2019).

Decreto-Lei nº 14/2017 de 26 de janeiro. *Diário da República*, Nº 19 I série. Lisboa: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro. *Diário da República nº 18/1989*. Série I. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei nº 43/2014, de 18 de março. *Diário da República nº 54/2014*, Série I. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho. *Diário da República nº 129/2018*, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro. *Diário da República nº 176/2016*, Série I. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto. *Diário da República nº 157/2018*, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março. *Diário da República nº 60/2006*, Série I-A. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Decreto-Lei 88/2006, de 23 de maio. *Diário da República nº 99/2006*, Série I-A. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

DGEEC: Estudantes à Saída do Secundário. 2017. Atualizado em 2018 Acedido em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/47/> (01/08/2019).

DGEEC, OTES: Estudantes à Entrada do Secundário 2016/2017. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/47/> (acedido a 01/08/2019).

DGEEC, Estatísticas Educação 2017/2018. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/> (acedido a 01/08/2019).

DGEEC, OTES, Jovens no pós-secundário em 2016: Percursos de Inserção Escolar e Profissional. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/47/> (acedido a 02/09/2019).

DGEstE, Rede de Oferta Formativa 2018/2019. Disponível em: <https://www.dgeste.mec.pt/index.php/rede-de-oferta-formativa-20182019/> (acedido a 02/09/2019).

Direção-Geral da Educação. Disponível em: www.dge.mec.pt . (acedido a 28/08/2019).

Direção-Geral do Ensino Superior. Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/pt>. (acedido a 29/10/2019).

Direção Geral de Estabelecimentos Escolares. Cursos Vocacionais. Disponível em: <https://www.dgeste.mec.pt/index.php/cursos-vocacionais/>. (acedido a 04/09/2019).

European Union (2016), *Developing skills for the labour market*, Brussels, European Union.

Organization for Economic Co-operation and Development (2018), “Portugal”, in *Education at a Glance 2018: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2018-63-en>.

Portal da Oferta Formativa. Disponível em: <https://www.ofertaformativa.gov.pt/#/sistema-educativo> . (acedido a 05/09/2019).

Portaria 232/2016 de 29 de agosto. *Diário da República nº 165/2016*, Série I. Lisboa: Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

ReferNet. Disponível em: <https://www.refernet.pt/>. (acedido a 31/07/2019).

Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Afrontamento.

UNESCO (1997), *Classificação Internacional Tipo da Educação*, CITE, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNESCO (2016), *Strategy for Technical and Vocational Education and Training (TVET) (2016-2021)*, Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

ANEXO I
CURSOS PROFISSIONAIS POR CÓDIGO
E DESIGNAÇÃO AEF E NUTS II/III
OFERTA FORMATIVA 2018/2021

No presente anexo encontra-se a lista com o número de cursos profissionais pela sua designação Área de Educação e Formação (AEF) e pelas NUTS II/II.

A cada AEF está associado um código que não será incluído aqui.

Norte - Parte I

Designação AEF	Alto Minho	Alto Tâmega	AM Porto Norte	AM Porto Sul
Artes do espetáculo	3	1	9	3
Audiovisuais e Produção dos Media	5	1	27	14
Design	2	0	2	2
Artesanato	0	0	0	0
História e Arqueologia	0	0	0	0
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0	0	0	0
Comércio	2	1	19	8
Marketing e Publicidade	0	0	5	5
Finanças, Banca e Seguros	0	0	0	0
Contabilidade e Fiscalidade	0	0	1	0
Gestão e Administração	1	0	3	2
Secretariado e Trabalho, Administrativo	1	0	3	1
Enquadramento na Organização/Empresa	1	0	0	0
Direito	0	0	1	0
Ciências Informáticas	4	1	35	17
Metalurgia e Metalomecânica	2	2	3	4
Eletricidade e Energia	2	0	6	0
Eletrónica e Automação	7	1	11	9
Tecnologia dos Processos Químicos	1	0	2	1
Construção e Reparação de Veículos a Motor	4	1	1	2
Indústrias Alimentares	0	1	1	0
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	1	0	4	0

Designação AEF	Alto Minho	Alto Tâmega	AM Porto Norte	AM Porto Sul
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	0	0	0	0
Indústrias Extrativas	0	0	0	0
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	0
Construção Civil e Engenharia Civil	0	0	0	0
Produção Agrícola e Animal	2	0	1	0
Silvicultura e Caça	0	0	0	0
Pescas	0	0	0	0
Ciências Dentárias	0	0	0	0
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	0	0	0	0
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	1	3	13	6
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	0	0	4	3
Trabalho Social e Orientação	1	1	5	1
Hotelaria e Restauração	9	3	22	16
Turismo e Lazer	3	0	23	11
Desporto	4	1	14	5
Serviços Domésticos	0	0	0	0
Cuidados de Beleza	4	0	2	1
Serviços de Transporte	0	0	0	0
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	0	0	0	0
Proteção de Pessoas e Bens	1	0	1	0
Segurança e Higiene no Trabalho	0	0	0	0

Tabela 5 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Norte Parte I, Adaptado de ANQEP, 2018.

Norte - Parte II

Designação AEF	Ave	Cávado	Douro	Tâmega e Sousa	Terras de Trás-os-Montes
Artes do espetáculo	4	1	0	1	3
Audiovisuais e Produção dos Media	11	9	6	4	3
Design	1	0	0	0	0
Artesanato	0	0	0	0	0
História e Arqueologia	0	0	0	1	0
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0	0	0	0	0
Comércio	11	2	1	10	2
Marketing e Publicidade	2	1	0	0	0
Finanças, Banca e Seguros	0	0	0	0	0
Contabilidade e Fiscalidade	1	1	0	2	0
Gestão e Administração	1	0	1	1	0
Secretariado e Trabalho, Administrativo	0	3	1	1	0
Enquadramento na Organização/ Empresa	0	0	0	1	0
Direito	0	1	0	0	0
Ciências Informáticas	10	14	4	8	1
Metalurgia e Metalomecânica	4	3	0	0	0
Eletricidade e Energia	3	3	2	3	0
Eletrónica e Automação	11	7	5	10	0
Tecnologia dos Processos Químicos	0	0	0	0	0
Construção e Reparação de Veículos a Motor	3	3	1	2	2
Indústrias Alimentares	0	1	0	0	0
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	2	2	0	3	0

Designação AEF	Ave	Cávado	Douro	Tâmega e Sousa	Terras de Trás-os-Montes
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	1	0	0	1	0
Indústrias Extrativas	0	0	0	0	0
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	0	0
Construção Civil e Engenharia Civil	0	0	0	0	0
Produção Agrícola e Animal	0	0	1	4	2
Silvicultura e Caça	0	0	0	0	0
Pescas	0	0	0	0	0
Ciências Dentárias	1	1	0	0	0
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	0	0	0	0	0
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	4	7	7	10	4
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	1	2	0	1	0
Trabalho Social e Orientação	6	4	4	1	1
Hotelaria e Restauração	8	8	8	14	2
Turismo e Lazer	4	7	5	6	3
Desporto	1	4	3	5	0
Serviços Domésticos	0	0	0	0	0
Cuidados de Beleza	0	2	1	0	1
Serviços de Transporte	0	0	0	0	0
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	0	0	0	0	0
Proteção de Pessoas e Bens	0	0	0	0	0
Segurança e Higiene no Trabalho	0	0	0	0	0

Tabela 6 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Norte Parte II, Adaptado de ANQEP, 2018.

Centro - Parte I

Designação AEF	Beira Baixa	Beiras e Serra da Estrela	Médio Tejo	Oeste
Artes do espetáculo	0	5	2	0
Audiovisuais e Produção dos Media	1	4	6	8
Design	0	0	1	0
Artesanato	0	0	0	0
História e Arqueologia	0	0	0	0
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0	0	0	0
Comércio	3	5	5	5
Marketing e Publicidade	1	2	0	1
Finanças, Banca e Seguros	0	0	0	0
Contabilidade e Fiscalidade	0	0	0	0
Gestão e Administração	0	0	2	4
Secretariado e Trabalho, Administrativo	0	0	0	0
Enquadramento na Organização/Empresa	0	0	0	0
Direito	0	1	0	0
Ciências Informáticas	2	10	8	12
Metalurgia e Metalomecânica	1	4	2	1
Eletricidade e Energia	0	1	1	1
Eletrónica e Automação	0	2	5	4
Tecnologia dos Processos Químicos	0	1	0	0
Construção e Reparação de Veículos a Motor	0	4	4	1
Indústrias Alimentares	0	0	0	1
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	0	1	0	0

Designação AEF	Beira Baixa	Beiras e Serra da Estrela	Médio Tejo	Oeste
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	0	0	0	0
Indústrias Extrativas	0	0	0	0
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	0
Construção Civil e Engenharia Civil	0	1	0	0
Produção Agrícola e Animal	0	0	2	5
Silvicultura e Caça	0	0	0	0
Pescas	0	0	0	0
Ciências Dentárias	0	0	0	0
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	0	0	0	0
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	1	5	2	5
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	2	0	2	3
Trabalho Social e Orientação	2	7	2	2
Hotelaria e Restauração	4	5	8	13
Turismo e Lazer	0	2	4	9
Desporto	2	4	6	11
Serviços Domésticos	0	0	0	0
Cuidados de Beleza	0	2	1	2
Serviços de Transporte	0	0	0	0
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	0	0	0	0
Proteção de Pessoas e Bens	0	0	0	0
Segurança e Higiene no Trabalho	0	0	0	0

Tabela 7 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Centro Parte I, Adaptado de ANQEP, 2018.

Centro - Parte II

Designação AEF	Região de Aveiro	Região de Coimbra	Região de Leiria	Viseu, Dao, Lafões
Artes do espetáculo	7	2	0	2
Audiovisuais e Produção dos Media	5	10	6	5
Design	0	1	3	0
Artesanato	0	0	0	0
História e Arqueologia	0	0	0	0
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0	0	0	0
Comércio	6	1	2	4
Marketing e Publicidade	3	2	4	1
Finanças, Banca e Seguros	0	1	0	0
Contabilidade e Fiscalidade	0	0	1	0
Gestão e Administração	2	2	3	2
Secretariado e Trabalho, Administrativo	0	1	0	1
Enquadramento na Organização/Empresa	0	0	0	0
Direito	0	1	0	1
Ciências Informáticas	10	11	8	10
Metalurgia e Metalomecânica	11	4	10	4
Eletricidade e Energia	2	1	2	1
Eletrónica e Automação	5	6	5	6
Tecnologia dos Processos Químicos	2	3	2	0
Construção e Reparação de Veículos a Motor	3	3	3	6
Indústrias Alimentares	0	1	0	1
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	0	1	0	1

Designação AEF	Região de Aveiro	Região de Coimbra	Região de Leiria	Viseu, Dao, Lafões
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	1	0	1	0
Indústrias Extrativas	0	0	0	0
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	0
Construção Civil e Engenharia Civil	0	0	0	0
Produção Agrícola e Animal	3	1	0	0
Silvicultura e Caça	0	1	0	0
Pescas	0	0	0	0
Ciências Dentárias	0	0	1	0
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	0	0	0	0
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	4	8	1	4
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	3	4	2	1
Trabalho Social e Orientação	5	6	1	1
Hotelaria e Restauração	13	13	9	11
Turismo e Lazer	2	8	6	3
Desporto	6	10	4	8
Serviços Domésticos	0	0	0	0
Cuidados de Beleza	0	2	1	3
Serviços de Transporte	0	0	0	0
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	0	0	0	0
Proteção de Pessoas e Bens	0	0	0	1
Segurança e Higiene no Trabalho	1	0	0	0

Tabela 8 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Centro Parte II, Adaptado de ANQEP, 2018.

Lisboa

Designação AEF	AM Lisboa Norte	AM Lisboa Sul
Artes do espetáculo	16	2
Audiovisuais e Produção dos Media	43	6
Design	2	1
Artesanato	1	0
História e Arqueologia	1	0
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0	0
Comércio	22	12
Marketing e Publicidade	14	5
Finanças, Banca e Seguros	1	0
Contabilidade e Fiscalidade	2	0
Gestão e Administração	10	5
Secretariado e Trabalho, Administrativo	5	1
Enquadramento na Organização/Empresa	0	0
Direito	1	0
Ciências Informáticas	55	26
Metalurgia e Metalomecânica	0	2
Eletricidade e Energia	5	1
Eletrónica e Automação	16	6
Tecnologia dos Processos Químicos	3	2
Construção e Reparação de Veículos a Motor	11	4
Indústrias Alimentares	1	0
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	2	0

Designação AEF	AM Lisboa Norte	AM Lisboa Sul
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	0	0
Indústrias Extrativas	0	0
Arquitetura e Urbanismo	0	0
Construção Civil e Engenharia Civil	1	0
Produção Agrícola e Animal	2	2
Silvicultura e Caça	0	0
Pescas	0	0
Ciências Dentárias	0	0
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	2	0
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	16	6
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	20	11
Trabalho Social e Orientação	12	6
Hotelaria e Restauração	33	13
Turismo e Lazer	44	22
Desporto	28	12
Serviços Domésticos	0	0
Cuidados de Beleza	2	0
Serviços de Transporte	3	0
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	1	1
Proteção de Pessoas e Bens	2	0
Segurança e Higiene no Trabalho	1	0

Tabela 9 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Lisboa, Adaptado de ANQEP, 2018.

Alentejo

Designação AEF	Alentejo Central	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
Artes do espetáculo	2	0	0	0	1
Audiovisuais e Produção dos Media	4	0	1	1	5
Design	0	0	0	0	0
Artesanato	0	0	0	0	0
História e Arqueologia	0	0	0	0	0
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0	0	0	0	0
Comércio	0	2	0	2	3
Marketing e Publicidade	0	0	0	1	2
Finanças, Banca e Seguros	0	0	0	0	0
Contabilidade e Fiscalidade	0	0	0	0	0
Gestão e Administração	0	0	0	1	2
Secretariado e Trabalho, Administrativo	0	0	0	0	0
Enquadramento na Organização/ Empresa	0	0	0	0	0
Direito	0	0	0	0	0
Ciências Informáticas	4	1	1	2	8
Metalurgia e Metalomecânica	1	3	1	1	2
Eletricidade e Energia	1	0	3	1	4
Eletrónica e Automação	0	1	0	0	1
Tecnologia dos Processos Químicos	0	2	0	0	1
Construção e Reparação de Veículos a Motor	1	0	1	0	1
Indústrias Alimentares	0	0	2	0	1
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	0	0	0	0	0

Designação AEF	Alentejo Central	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	0	0	0	0	0
Indústrias Extrativas	0	0	0	0	0
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	0	0
Construção Civil e Engenharia Civil	0	0	0	0	0
Produção Agrícola e Animal	2	2	3	6	0
Silvicultura e Caça	0	0	0	0	0
Pescas	0	0	0	0	0
Ciências Dentárias	0	0	0	0	0
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	0	0	0	0	0
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	2	1	4	2	4
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	2	0	0	3	3
Trabalho Social e Orientação	2	1	3	2	2
Hotelaria e Restauração	3	5	0	4	10
Turismo e Lazer	1	2	1	2	3
Desporto	2	1	3	2	3
Serviços Domésticos	0	0	0	0	0
Cuidados de Beleza	0	0	0	0	1
Serviços de Transporte	0	0	0	0	0
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	0	0	0	0	0
Proteção de Pessoas e Bens	0	0	0	0	1
Segurança e Higiene no Trabalho	0	0	0	1	0

Tabela 10 Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Alentejo, Adaptado de ANQEP, 2018.

Algarve

Designação AEF	Algarve
Artes do espetáculo	5
Audiovisuais e Produção dos Media	10
Design	1
Artesanato	0
História e Arqueologia	0
Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	0
Comércio	3
Marketing e Publicidade	3
Finanças, Banca e Seguros	0
Contabilidade e Fiscalidade	0
Gestão e Administração	1
Secretariado e Trabalho, Administrativo	3
Enquadramento na Organização/Empresa	0
Direito	0
Ciências Informáticas	13
Metalurgia e Metalomecânica	3
Eletricidade e Energia	3
Eletrónica e Automação	3
Tecnologia dos Processos Químicos	1
Construção e Reparação de Veículos a Motor	2
Indústrias Alimentares	1
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	0

Designação AEF	Algarve
Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Vidro e outros)	0
Indústrias Extrativas	0
Arquitetura e Urbanismo	0
Construção Civil e Engenharia Civil	0
Produção Agrícola e Animal	0
Silvicultura e Caça	0
Pescas	0
Ciências Dentárias	0
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (725)	0
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	5
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	8
Trabalho Social e Orientação	3
Hotelaria e Restauração	16
Turismo e Lazer	13
Desporto	10
Serviços Domésticos	0
Cuidados de Beleza	1
Serviços de Transporte	0
Proteção do Ambiente - Programas Transversais	0
Proteção de Pessoas e Bens	4
Segurança e Higiene no Trabalho	0

Tabela II Designação AEF dos cursos profissionais na NUTS Algarve, Adaptado de ANQEP, 2018

